



ănimã

**Manual para participação
na Assembleia Geral
Ordinária e Extraordinária**

26 de abril de 2021

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	3
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
III. DATA, HORA E LOCAL	9
IV. PROCEDIMENTOS E PRAZOS	10
V. EDITAL DE CONVOCAÇÃO	14
VI. INFORMAÇÕES SOBRE OS TEMAS PARA VOTAÇÃO	19
VII. ANEXOS	26
Anexo 1 - Modelo de Procuração	26
Anexo 2 – Proposta da Administração	29

I. INTRODUÇÃO

Este Manual da Assembleia é um documento que reúne as principais informações sobre a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com o objetivo de orientar os acionistas sobre as formas de participação e, também, apresentar os temas que serão tratados na ocasião, para a prévia análise e consideração dos assuntos a serem discutidos.

Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, através de mensagem eletrônica (ri@animaeducacao.com.br) ou pelo telefone (+55 11 97206-8816), os quais, desde já, encontram-se à disposição para atendê-los prontamente em todas as suas necessidades.

Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGOE, conforme previsto no Art. 6º da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e no seu website (ri.animaeducacao.com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

O ano de 2020 desafiou a humanidade em níveis nunca previstos ou imaginados pela nossa geração. Tivemos que aprender rapidamente a viver de uma forma diferente, colocando as pessoas e os cuidados com a saúde no centro das atenções dos Governos, das empresas e da sociedade. O choque de mudança de comportamento imposto pela pandemia da Covid-19 nos testou em nossas habilidades sociais, emocionais e de adaptabilidade tecnológica, mas também nos trouxe a oportunidade de entendermos as relações humanas de uma forma diferenciada e de valorizarmos aquilo que nos aproxima e nos dá suporte para continuarmos escrevendo nossa história. A crise não acabou e seguimos aprendendo as lições do momento para definir estratégias potencialmente transformadoras e que reforçam nossa sustentabilidade no longo prazo.

Como uma empresa de educação, feita por pessoas e para pessoas, a Ânima Educação viveu um ano também muito marcante, em que todos os nossos 8 Princípios fizeram a diferença e nos colocaram em uma posição de ainda mais destaque, especialmente dentro do segmento educacional. Criamos planos de contingência efetivos através de um Comitê de Prevenção e Cuidados estabelecido em fevereiro de 2020 e de intenso e permanente funcionamento desde então. Em meio ao enorme desafio do isolamento social, seguimos transformando vidas, realizando sonhos, com nossos alunos no centro, fortemente apoiados pelos nossos professores e professoras, com o uso intenso de tecnologia e com um time empreendedor de educadoras e

educadores profundamente dedicados e comprometidos com o rigor na execução de nosso propósito. Fomos ágeis na tomada de decisões, convertendo todos os nossos estudantes, educadores e educadoras para o ambiente virtual em apenas 5 dias, com qualidade e atenção individualizada. Nossa premissa de qualidade, que está no nosso DNA desde o primeiro dia da Ânima, norteando todas as nossas decisões, há quase 18 anos, foi o eixo central desse desempenho singular.

Com total foco no nosso core business, elegemos cinco movimentos estratégicos, que vem sendo implementados desde abril de 2020: 1 - Transformar a Ânima em um ecossistema de aprendizado personalizado; 2 - Aprendizagem ao longo da vida (lifelong learning); 3 - Experiência Transformadora dos Alunos e Alunas; 4 - Novos Modelos de Negócios; e 5 - Criar as capacidades para o crescimento. O centro da estratégia consiste em mudar o conceito tradicional de serviço educacional, para um conceito flexível e personalizado, com foco em toda a vida profissional dos estudantes. Estes cinco movimentos foram fundamentais em 2020, uma vez que desenvolvem a resposta necessária às mudanças do mercado, criando as ferramentas para que a Ânima possa continuar crescendo, de forma ainda mais acelerada, liderando o momento de mudanças na educação superior.

Os impactos do ano de 2020 ainda perduram e nos exigem permanente atenção e cautela, em especial diante do panorama ainda incerto sobre a extensão dos seus efeitos. Por outro lado, integramos duas novas aquisições importantes e fortalecedoras de nossa estratégia e mantivemos a disciplina financeira direcionando atenção especial ao nosso caixa, com a realização de duas ofertas públicas de ações no ano, em janeiro e em dezembro, ambas muito bem sucedidas, ratificando a percepção do mercado quanto à solidez de nossa Companhia e das oportunidades diante de nós. O fruto das duas

captações, somado aos nossos resultados alcançados no ano, não obstante a crise, nos fortalecem e robustecem para enfrentar os desafios, e especialmente aproveitar da melhor forma possível as oportunidades que já estão diante de nós em 2021.

Assim, trazemos para a nossa Assembleia Geral Ordinária importantes deliberações para a continuidade ao que já construímos. Apresentamos os resultados do ano anterior, com as Demonstrações Financeiras de 2020, apreciadas e recomendadas pelo nosso Conselho de Administração e Conselho Fiscal, bem como a proposta de não distribuição de dividendos – uma vez que não registramos lucro contábil em 2020, pelo que entendemos oportuno a manutenção da retenção de lucros de exercícios anteriores para destinação ao Orçamento de Capital de 2021, nesse importante momento da Companhia, e, assim, dar sequência aos grandes eventos que teremos ao longo deste ano.

Seguindo nesse processo, trazemos também para deliberação a eleição do Conselho de Administração, órgão que presta importante papel para guiar a Ânima Educação em sua jornada de transformar o País pela Educação, orientando o caminho que devemos seguir. Ainda, como regularmente fazemos, apresentamos a proposta de remuneração global da nossos administradores, em um momento importante em que nos preparamos para integrar os ativos da Laureate, conforme contrato de aquisição firmado em novembro de 2020, ainda em análise pelo CADE,

Em estrita observância às normas do CADE, estamos bem estruturados para a integração das marcas da Laureate. Temos nos dedicado intensamente, com muito afinho e energia, trabalhando com um Escritório de Planejamento de Integração (EPI), um Comitê de Integração do nosso Conselho de

Administração e duas empresas de consultoria de primeira linha nos apoiando. Estamos entusiasmados e bem preparados para podermos iniciar os trabalhos dessa aquisição transformacional, que resultará em uma companhia com o portfólio de marcas mais valioso do setor, com uma combinação única e superior de qualidade e escala, nos tornando a mais relevante Companhia educacional do País.

O que vivemos em 2020 foi um momento singular do mundo, e a Ânima Educação pode fazer muita diferença. O que tem nos permitido dar continuidade à nossa missão é a inquestionável legitimidade e o alinhamento firme de nosso propósito. Nossa tese central de que a qualidade da educação ofertada tem que ser uma premissa e um fim em si mesmo, como forma de garantir a sustentabilidade da companhia, tem norteado nossas decisões estratégicas desde nossa fundação.

Nosso modelo acadêmico híbrido e nosso processo de transformação digital têm sido elementos centrais da execução do nosso propósito. É por isso que, quando nos deparamos com o desafio da pandemia, a força de nosso posicionamento ofereceu soluções que sustentaram a continuidade de uma entrega de serviços educacionais de qualidade e, conseqüentemente, de resultados robustos que nos fortalecem e nos dão confiança para as grandes oportunidades à nossa frente, nesse ano de 2021, em que a Ânima Educação se tornará a Companhia mais relevante de educação superior do País.

Sem o comprometimento e a profunda dedicação de todos os nossos educadores, educadoras e a participação e apoio de nossos acionistas em nossas decisões nada disso teria sido possível. Portanto, o momento é de agradecimento e de reconhecimento! A toda nossa comunidade, que escolhe estar na Ânima Educação todos os dias, que sonha muito e realiza ainda mais,

que nunca se conforma e, com muita paixão, se envolve em todos os nossos projetos e estratégias para juntos, transformar o País pela Educação, nosso MUITO OBRIGADO!

Daniel Faccini Castanho

Presidente do Conselho de Administração

III. DATA, HORA E LOCAL

Data: 26 de abril de 2021

Hora: 14h00

Local: A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital pelo sistema de videoconferência zoom, através de link e senha de acesso, a serem disponibilizados por e-mail após o envio de todas as documentações descritas a seguir.

Em cumprimento a ICVM 622/2020, informamos que a assembleia será gravada.

IV. PROCEDIMENTOS E PRAZOS

A participação dos Acionistas na Assembleia é de grande importância.

Por contar com proposta de reforma do estatuto social, na forma da lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, 2/3 (dois terços) do total do capital social da Companhia. Caso o quórum não seja atingido, a Assembleia não será instalada e ocorrerá nova convocação, por meio de edital. Em segunda convocação, a Assembleia poderá ser realizada com qualquer número de acionistas presentes.

Será admitida a participação de todos os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações – Banco Bradesco S.A. Os acionistas poderão votar na assembleia participando online, pelo link do acesso digital ou por meio de boletim de voto à distância, enviado até o dia 20 de abril de 2021.

Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação até o dia 24 de abril de 2021 receberão o link e a senha de acesso à sala de videoconferência virtual. Aqueles que não apresentem a documentação de identificação até esta data não poderão participar da assembleia.

Além disso, por contar com eleição dos membros do Conselho de Administração, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 horas antes da AGOE, nos termos da Instrução CVM

nº 165/91, com a redação alterada pela Instrução CVM nº 282/98 e do §1º do art. 141 da Lei nº 6.404/76.

O acionista que participar da assembleia online poderá:

- Simplesmente participar da assembleia, sem votar, tenha ou não enviado boletim de voto a distância; ou
- Participar e votar na assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas, ainda assim, queira votar durante a assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto a distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Participação online

A participação na Assembleia de forma online, nos termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, bem como da Instrução CVM 622/2020, deverá observar os procedimentos a seguir:

Documentos a serem apresentados pelos acionistas até o dia 24 de abril de 2021, pelo e-mail ri@animaeducacao.com.br:

- (i) peessoas físicas – documento de identificação;
- (ii) peessoas jurídicas – documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de

representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria); e

- (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - documento de identidade do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a ata de eleição do representante legal.

Aos acionistas que forem representados por procuração, a Companhia solicita o encaminhamento por e-mail (ri@animaeducacao.com.br) de procurações, com firma reconhecida ou assinatura digital do outorgante, e respectivos documentos de representação, em até 2 (dois) dias antes da data marcada para a realização da AGOE, dia 24 de abril de 2021, em conformidade com o caput do Art. 8º do seu Estatuto Social, e do parágrafo terceiro do artigo 5º, da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada pela ICVM 622/2020.

Participação por meio de boletim de voto à distância

Observando o procedimento previsto na Instrução CVM nº 481/09, “Capítulo III-A”, introduzido pela Instrução CVM nº 561/15, os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia na página da CVM e, também, em sua própria página na rede mundial de computadores <https://ri.animaeducacao.com.br/>.

O boletim de voto a distância deve ser recebido pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data da assembleia, e pode ser enviado pelo acionista diretamente à Companhia, por correio postal ou eletrônico; ou por transmissão

de instruções de preenchimento a agentes de custódia ou ao escriturador, conforme orientações no próprio boletim. Para o envio do boletim direto à Companhia, o(a) Acionista deverá preencher os campos do boletim de voto a distância com o nome ou denominação completa do(a) Acionista; número de inscrição do(a) Acionista no CPF ou CNPJ.

V. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 09.288.252/0001-32

NIRE 35300350430

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs(as) Acionistas da Ânima Holding S.A para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), **a ser realizada de modo exclusivamente digital**, no dia 26 de abril de 2021, às 14 horas, a fim de:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nos termos da Proposta da Administração.
- (2) Aprovar o orçamento de capital para o exercício de 2021, nos termos da Proposta da Administração.
- (3) Deliberar sobre a destinação de eventual lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e sobre a eventual distribuição de dividendos, nos termos da Proposta da Administração.
- (4) Fixar a remuneração global dos administradores da companhia a ser paga até a assembleia geral ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Proposta da Administração.
- (5) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Daniel Faccini Castanho para membro efetivo do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

(6) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Maurício Nogueira Escobar para membro efetivo do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

(7) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Gabriel Ralston Correa Ribeiro para membro efetivo do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

(8) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves para membro efetivo independente do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

(9) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Silvio José Genesini Júnior para membro efetivo independente do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

(10) Deliberar sobre a reeleição do Sr. José Afonso Alves Castanheira para membro efetivo independente do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

(11) Deliberar sobre a reeleição da Sra. Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia para membro efetivo independente do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

(12) Deliberar sobre a alteração do art. 3º do Estatuto Social a fim de atualizar o nome do bairro do endereço da sede da Companhia, que passou a ser: “Sumarezinho”.

(13) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia para retratar a alteração do art. 3º, caso aprovado o item 12 da ordem do dia.

(14) Alterar o plano de incentivo de colaboradores “ILP1”, já aprovado em assembleia geral da Companhia realizada em 25 de abril de 2018, para deixar a critério do Conselho de Administração a definição do período de

carência (“vesting”) de cada programa, nos termos da Proposta da Administração.

Instruções Gerais:

1. A assembleia será realizada de **modo exclusivamente digital** pelo sistema de videoconferência zoom, através de link e senha de acesso, a serem disponibilizados conforme itens 3 e 4 abaixo;
2. Será admitida a participação de todos os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações – Banco Bradesco S.A.

Nos termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, bem como da Instrução CVM 622/2020, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

(a) A Companhia solicita aos acionistas o encaminhamento por e-mail de procurações, com firma reconhecida ou assinatura digital do outorgante, e documentos de representação em até 2 (dois) dias antes da data marcada para a realização da AGOE, em conformidade com o caput do Art. 8º do seu Estatuto Social, e do parágrafo terceiro do artigo 5º, da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada pela ICVM 622/2020; e

(b) Documentos a serem apresentados pelos acionistas: (i) pessoas físicas - documento de identificação, (ii) pessoas jurídicas - documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria) e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - documento de identidade do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou

gestor, conforme o caso), juntamente com a ata de eleição do representante legal.

3. Admite-se a apresentação dos documentos de identificação mencionados no item 2 destas instruções por meio digital, através do e-mail ri@animaeducacao.com.br;

4. Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação até o dia 24 de abril de 2021 receberão o link e a senha de acesso à sala de videoconferência virtual;

5. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 24 de abril de 2021 não poderão participar da assembleia.

6. O acionista que participar da assembleia poderá:

6.1. Simplesmente participar da assembleia, sem votar, tenha ou não enviado boletim de voto a distância; ou

6.2. Participar e votar na assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas, ainda assim, queira votar durante a assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto a distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

7. Em cumprimento a ICVM 622/2020, informamos que a assembleia será gravada.

8. Nos termos da Instrução CVM nº 165/91, com a redação alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 horas antes da AGOE, nos termos do §1º do art. 141 da Lei nº 6.404/76.

9. Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGOE, conforme previsto no Art. 6º da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e no seu website (ri.animaeducacao.com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

10. Observando o procedimento previsto na Instrução CVM nº 481/09, “Capítulo III-A”, introduzido pela Instrução CVM nº 561/15, os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia na página da CVM e, também, em sua própria página na rede mundial de computadores.

11. Por fim, a assembleia realizada exclusivamente de modo digital será considerada como realizada na sede da companhia.

São Paulo (SP), 25 de março de 2021.

Daniel Faccini Castanho
Presidente do Conselho de Administração

VI. INFORMAÇÕES SOBRE OS TEMAS PARA VOTAÇÃO

A seguir estão os temas a serem votados na Assembleia e as respectivas explicações, com a recomendação da Administração.

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nos termos da Proposta da Administração.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas a aprovação das contas e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Art. 9, inciso III, Instrução CVM nº 481/09) além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no Anexo 1, da presente Proposta.

Também estão disponíveis a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br): (i) o parecer dos auditores independentes; e (ii) o parecer do Conselho Fiscal.

(2) Aprovar o orçamento de capital para o exercício de 2021, nos termos da Proposta da Administração.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2021, conforme justificativa, fontes e aplicações que compõem o Anexo 2 da presente Proposta.

(3) Deliberar sobre a destinação de eventual lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e sobre a eventual distribuição de dividendos, nos termos da Proposta da Administração.

Não havendo apuração de lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, caso aprovado o Orçamento de Capital do item 2 da ordem dia, a administração propõe a manutenção da retenção de lucros de exercícios anteriores para fazer jus ao referido orçamento de capital, pelo que não há proposta para distribuição de dividendos.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II, Art. 9, §1º, inciso II, da Instrução CVM nº 481/09, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no Anexo 3 da presente proposta.

(4) Fixar a remuneração global dos administradores da companhia a ser paga até a assembleia geral ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Proposta da Administração.

A Administração da Companhia recomenda a fixação de remuneração global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 15.502.678,83 (Quinze milhões quinhentos e dois mil seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social, remuneração essa que continua em linha com o estudo realizado por empresa especializada e independente.

O montante acima proposto compreende a remuneração fixa e variável da Diretoria, que não inclui, conforme orientação da CVM, os respectivos encargos; sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável, de até 8,4 salários, correspondente ao bônus e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2021.

As informações do item 13 do Formulário de Referência (Art. 12, Instrução CVM nº 481/09) além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no Anexo 4 da presente Proposta.

(5) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Daniel Faccini Castanho para membro efetivo do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. Daniel Faccini Castanho, brasileiro, casado, administrador, nascido em 04/05/1975, portador da carteira de identidade nº 24.200.410-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 177.268.508-92, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Vila Madalena, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

(6) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Maurício Nogueira Escobar para membro efetivo do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. Maurício Nogueira Escobar, brasileiro, casado, administrador, nascido em 04/07/1975, portador da carteira de identidade nº 17.173.317-4/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 179.933.738-32, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Vila Madalena, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

(7) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Gabriel Ralston Corrêa Ribeiro para membro efetivo do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. Gabriel Ralston Correa Ribeiro, brasileiro, casado, administrador, nascido em 06/03/1974, portador da carteira de identidade nº 073.664.54-54/SSP-BA, portador do CPF sob o nº 043.580.888-56, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Vila Madalena, São Paulo (SP), CEP: 05435-

001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

(8) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Antonoaldo Grangeon Trancoso neves para membro efetivo independente do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, o Sr. Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, brasileiro, engenheiro civil, nascido em 05/03/1975, casado, inscrito no CPF sob o nº 882.494.845-68, portador da carteira de identidade nº 515098655 / SSP-SP, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Vila Madalena, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

(9) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Silvio José Genesini Júnior para membro efetivo independente do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, o Sr. Sílvio José Genesini Júnior, engenheiro de produção, nascido em 27/10/1952, casado, inscrito no CPF sob o nº 607.689.408-34, portador da carteira de identidade nº 5610359 SSP/SP, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Vila Madalena, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

(10) Deliberar sobre a reeleição do Sr. José Afonso Alves Castanheira para membro independente do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

A administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, o Sr. José Afonso Alves Castanheira, brasileiro, engenheiro mecânico, casado em regime de comunhão de bens, nascido em 29/12/1946, inscrito no CPF sob o nº 175.020.127-53, portador do documento de identidade nº 02.094.977-2, SSP/RJ, com domicílio profissional na Rua Viradouro, 63, conj. 131, 13º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-110, São Paulo (SP), para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

11) Deliberar sobre a reeleição da Sra. Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia para membro independente do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

A administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, a Sra. Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia, portuguesa, administradora, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 07/12/1971, inscrita no CPF sob o nº 121.252.928-66, portadora do documento de identidade nº 57.542.160-5, SSP/SP, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Vila Madalena, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

As informações exigidas no art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009 relativas aos candidatos indicados para o Conselho de Administração estão disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (www.ri.animaeducacao.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no Anexo 5 da presente Proposta.

Assim, caso sejam eleitos os candidatos indicados nos itens 5 a 11 da ordem do dia, a composição do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023, seria a seguinte:

Membros Efetivos

Daniel Faccini Castanho

Maurício Nogueira Escobar

Gabriel Ralston Correa Ribeiro

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves – Membro Independente

Sílvio José Genesini Júnior – Membro Independente

José Afonso Alves Castanheira – Membro Independente

Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia – Membro Independente

12) Deliberar sobre a alteração do art. 3º do estatuto social a fim de atualizar o nome do bairro do endereço da sede da companhia, que passou a ser: “Sumarezinho”.

A administração da Companhia recomenda a alteração do art. 3º do Estatuto Social a fim de atualizar o nome do bairro do endereço da sede social, que passou a ser “Sumarezinho”. Assim, o endereço correto da sede é: Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001.

Desta forma, o caput do art. 3º do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação:

Redação Atual	Nova Redação Proposta
Artigo 3º - A Companhia tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Vila Madalena, CEP: 05435-001.	Artigo 3º - A Companhia tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho , CEP: 05435-001.
<i>O parágrafo único permanece inalterado.</i>	<i>O parágrafo único permanece inalterado.</i>

13) Deliberar sobre a consolidação do estatuto social da companhia para retratar a alteração do art. 3º, caso aprovado o item 12 da ordem do dia.

Aprovada a alteração estatutária descrita no item 12 da ordem do dia, a Administração propõe a consolidação de referida alteração submetida à

aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. A versão consolidada do Estatuto Social consta do Anexo 6 desta Proposta.

14) Alterar o plano de incentivo de colaboradores “ILP1”, já aprovado em assembleia geral da Companhia realizada em 25 de abril de 2018, para deixar a critério do Conselho de Administração a definição do período de carência (“vesting”) de cada programa, nos termos da Proposta da Administração.

A administração da Companhia sugere alterar o Plano de Incentivo de Colaboradores “ILP1”, já aprovado em assembleia geral da Companhia realizada em 25 de abril de 2018, apenas para prever que a cada Programa, em exercícios específicos, poderá o Conselho de Administração estipular um período de vesting, observando a necessidade de maior ou menor retenção dos beneficiários.

Desta forma, a sugestão é alterar apenas o item relativo ao Período de Carência (“Vesting”) que passaria a ter a seguinte redação:

“As ações, que irão compor lote de ações objeto da premiação, somente serão devidas após o cumprimento de um período mínimo de carência (“Vesting”), a ser fixado pelo Conselho de Administração a cada Programa Específico, após recomendação do Comitê de Pessoas da Companhia”.

As demais disposições do plano que já foram aprovadas em assembleia geral realizada em 25 de abril de 2018 permanecerão inalteradas.

VII. ANEXOS

Anexo 1 – Modelo de Procuração

Por meio deste instrumento particular, [NOME DO ACIONISTA PESSOA FÍSICA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], [ENDEREÇO], portador do documento de identidade nº [RG], inscrito no CPF sob o nº [CPF] (“Outorgante”) OU [NOME DA PESSOA JURÍDICA], [CNPJ], [ENDEREÇO], representado por seus [Diretores/Administradores] (“Outorgante”), nomeia o(a) Sr.(a) [NOME DO PROCURADOR], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador do documento de identidade nº [RG], inscrito no CPF sob o nº [CPF], seu(ua) procurador(a), com poderes para representá-lo na Assembleia Geral Extraordinária da ÂNIMA HOLDING S.A., companhia aberta inscrita no CNPJ/MF 09.288.252/0001-32 e registrada na JUCESP sob o NIRE nº NIRE 35300350430, a ser realizada no dia 26 de abril de 2021, às 14h, a fim de participar e votar, inclusive mediante apresentação de Boletim de Voto à Distância, em conformidade com a orientação de voto a seguir:

Orientação de voto

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nos termos da Proposta da Administração.

() *Aprovar* () *Rejeitar* () *Abster*

(2) Aprovar o orçamento de capital para o exercício de 2021, nos termos da Proposta da Administração.

() *Aprovar* () *Rejeitar* () *Abster*

(3) Deliberar sobre a destinação de eventual lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e sobre a eventual distribuição de dividendos, nos termos da Proposta da Administração.

(4) Fixar a remuneração global dos administradores da companhia a ser paga até a assembleia geral ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Proposta da Administração.

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(5) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Daniel Faccini Castanho para membro efetivo do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(6) Deliberar sobre a Reeleição do Sr. Maurício Nogueira Escobar Para Membro Efetivo do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(7) Deliberar sobre a Reeleição do Sr. Gabriel Ralston Corrêa Ribeiro Para Membro Efetivo do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(8) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Antonoaldo Grangeon Trancoso neves para membro efetivo independente do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(9) Deliberar sobre a Reeleição do Sr. Silvio José Genesini Júnior Para Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração.

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(10) *Deliberar sobre a reeleição do Sr. José Afonso Alves Castanheira para membro independente do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.*

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(11) Deliberar sobre a reeleição da Sra. Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia para membro independente do conselho de administração, conforme Proposta da Administração.

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(12) Deliberar sobre a alteração do art. 3º do estatuto social a fim de atualizar o nome do bairro do endereço da sede da companhia, que passou a ser: “sumarezinho”.

() Aprovar () Rejeitar () Abster

(13) Deliberar sobre a consolidação do estatuto social da companhia para retratar a alteração do art. 3º, caso aprovado o item 12 da ordem do dia.

() *Aprovar* () *Rejeitar* () *Abster*

[CIDADE, ESTADO, DIA MÊS ANO]

ASSINATURA DO OUTORGANTE OU SEUS REPRESENTANTES LEGAIS

Anexo 2 – Proposta da Administração

A íntegra da proposta da administração segue abaixo e faz parte integrante deste manual:

ÂNIMA HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 09.288.252/0001-32
NIRE 35300350430

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA**

SUMÁRIO

DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA ..3	
ANEXO 1.....9	
ANEXO 1.1 Item 10 do formulário de referência (Art. 9, inciso III, Instrução CVM nº 481/09)9	
10.1 - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais9	
10.2 - Resultado Operacional e Financeiro42	
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs.....45	
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases.....47	
10.5 - Políticas contábeis críticas48	
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs49	
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras50	
10.8 - Plano de Negócios50	
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante52	
ANEXO 1.2. Parecer dos Auditores Independentes (Art. 9, inciso IV, Instrução CVM nº 481/09).....57	
ANEXO 1.3. Parecer do Conselho Fiscal (Art. 9, inciso V, Instrução CVM nº 481/09)66	
ANEXO 2 – Justificativa, fontes e aplicações – Orçamento de capital 202169	
ANEXO 3 – Proposta de destinação do lucro líquido – Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 (art. 9, §1º, II, ICVM 481)70	
ANEXO 4 – Item 13 do Formulário de Referência (Art. 12, Instrução CVM nº 481/09)73	
13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária73	
13.2. Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.....77	
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.....81	
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária82	

13.5 - Remuneração Baseada em Ações.....	87
13.6 - Opções em Aberto	87
13.7 - Opções Exercidas e Ações Entregues	88
13.8 - Precificação Das Ações/opções	88
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	88
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários.....	88
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	90
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria.....	92
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	92
13.14 - Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	93
13.15 - Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum e de Controladas do Emissor	93
13.16 - Outras Informações Relevantes.....	94
ANEXO 5 – Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de referência (nos termos do Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009)	97
ANEXO 6 – Consolidação do Estatuto Social	111
ANEXO 7 – Plano de incentivo de colaboradores – “ILP1” (Anexo 13 da ICVM 481)	132
ANEXO 7.1. Plano de Incentivo de Colaboradores – “ILP1”.....	135

ÂNIMA HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 09.288.252/0001-32
NIRE 35300350430

DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Ânima Holding S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas a proposta da administração sobre as matérias que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada em 26 de abril de 2021, às 14h, de modo exclusivamente digital, nos seguintes termos:

1) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas a aprovação das contas e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Art. 9, inciso III, Instrução CVM nº 481/09) além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 1**, da presente Proposta.

Também estão disponíveis a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br): (i) o parecer dos auditores independentes; e (ii) o parecer do Conselho Fiscal.

2) APROVAR O ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda aos seus acionistas a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2021, conforme justificativa, fontes e aplicações que compõem o **Anexo 2** da presente Proposta.

3) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DE EVENTUAL LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E SOBRE A EVENTUAL DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

Não havendo apuração de lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, caso aprovado o Orçamento de Capital do item 2 da ordem dia, a administração propõe a manutenção da retenção de lucros de exercícios anteriores para fazer jus ao referido orçamento de capital, pelo que não há proposta para distribuição de dividendos.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II, Art. 9, §1º, inciso II, da Instrução CVM nº 481/09, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 3** da presente proposta.

4) FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA A SER PAGA ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EM QUE SE DELIBERAR ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL QUE SE ENCERRARÁ EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia recomenda a fixação de remuneração global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 15.502.678,83 (Quinze milhões quinhentos e dois mil seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social, remuneração essa que continua em linha com o estudo realizado por empresa especializada e independente.

O montante acima proposto compreende a remuneração fixa e variável da Diretoria, que não inclui, conforme orientação da CVM, os respectivos encargos; sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável, de até 8,4 salários, correspondente ao bônus e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2021.

As informações do item 13 do Formulário de Referência (Art. 12, Instrução CVM nº 481/09) além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), também se encontram no **Anexo 4** da presente Proposta.

5) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. DANIEL FACCINI CASTANHO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. **Daniel Faccini Castanho**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 04/05/1975, portador da carteira de identidade nº 24.200.410-6/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 177.268.508-92, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

6) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. **Maurício Nogueira Escobar**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 04/07/1975, portador da carteira de identidade nº 17.173.317-4/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 179.933.738-32, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

7) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. GABRIEL RALSTON CORRÊA RIBEIRO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo, o Sr. **Gabriel Ralston Correa Ribeiro**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 06/03/1974, portador da carteira de identidade nº 073.664.54-54/SSP-BA, portador do CPF sob o nº 043.580.888-56, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

8) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. ANTONOALDO GRANGEON TRANCOSO NEVES PARA MEMBRO EFETIVO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, o Sr. **Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves**, brasileiro, engenheiro civil, nascido em 05/03/1975, casado, inscrito no CPF sob o nº 882.494.845-68, portador da carteira de identidade nº 515098655 / SSP-SP, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

9) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. SILVIO JOSÉ GENESINI JÚNIOR PARA MEMBRO EFETIVO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A Administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, o Sr. **Sílvio José Genesini Júnior**, engenheiro de produção, nascido em 27/10/1952, casado, inscrito no CPF sob o nº 607.689.408-34, portador da carteira de identidade nº 5610359 SSP/SP, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, São Paulo (SP), CEP: 05435-001,

para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

10) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DO SR. JOSÉ AFONSO ALVES CASTANHEIRA PARA MEMBRO EFETIVO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, o Sr. **José Afonso Alves Castanheira**, brasileiro, engenheiro mecânico, casado em regime de comunhão de bens, nascido em 29/12/1946, inscrito no CPF sob o nº 175.020.127-53, portador do documento de identidade nº 02.094.977-2, SSP/RJ, com domicílio profissional na Rua Viradouro, 63, conj. 131, 13º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-110, São Paulo (SP), para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

11) DELIBERAR SOBRE A REELEIÇÃO DA SRA. PAULA ALEXANDRA DE OLIVEIRA GONÇALVES BELLIZIA PARA MEMBRO EFETIVO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A administração da Companhia propõe seja eleito para o Conselho de Administração, como membro efetivo independente, a Sra. **Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia**, portuguesa, administradora, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 07/12/1971, inscrita no CPF sob o nº 121.252.928-66, portadora do documento de identidade nº 57.542.160-5, SSP/SP, com endereço profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, São Paulo (SP), CEP: 05435-001, para mandato unificado de 02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

Nos termos do art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia manifesta que o(a) candidato(a) se enquadra nos critérios de independência previstos no art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.

As informações exigidas no art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009 relativas aos candidatos indicados para o Conselho de Administração estão disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (ri.animaeducacao.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no **Anexo 5** da presente Proposta.

Assim, caso sejam eleitos os candidatos indicados nos itens **5 a 11** da ordem do dia, a composição do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de

02 (dois) anos que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023, seria a seguinte:

Membros Efetivos
Daniel Faccini Castanho
Maurício Nogueira Escobar
Gabriel Ralston Correa Ribeiro
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves – Membro Independente
Sílvio José Genesini Júnior – Membro Independente
José Afonso Alves Castanheira – Membro Independente
Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia – Membro Independente

12) DELIBERAR SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 3º DO ESTATUTO SOCIAL A FIM DE ATUALIZAR O NOME DO BAIRRO DO ENDEREÇO DA SEDE DA COMPANHIA, QUE PASSOU A SER: “SUMAREZINHO”.

A administração da Companhia recomenda a alteração do art. 3º do Estatuto Social a fim de atualizar o nome do bairro do endereço da sede social, que passou a ser “Sumarezinho”. Assim, o endereço correto da sede é: Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001.

Desta forma, o *caput* do art. 3º do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação:

Redação Atual	Nova Redação Proposta
Artigo 3º - A Companhia tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Vila Madalena, CEP: 05435-001.	Artigo 3º - A Companhia tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho , CEP: 05435-001.
<i>O parágrafo único permanece inalterado.</i>	<i>O parágrafo único permanece inalterado.</i>

13) DELIBERAR SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA PARA RETRATAR A ALTERAÇÃO DO ART. 3º, CASO APROVADO O ITEM 12 DA ORDEM DO DIA.

Aprovada a alteração estatutária descrita no item 12 da ordem do dia, a Administração propõe a consolidação de referida alteração submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. A versão consolidada do Estatuto Social consta do **Anexo 6** desta Proposta.

14) ALTERAR O PLANO DE INCENTIVO DE COLABORADORES “ILP1”, JÁ APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, PARA DEIXAR A CRITÉRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO A DEFINIÇÃO DO PERÍODO DE CARÊNCIA (“VESTING”) DE CADA PROGRAMA, NOS TERMOS DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.

A administração da Companhia sugere alterar o Plano de Incentivo de Colaboradores “ILP1”, já aprovado em assembleia geral da Companhia realizada em 25 de abril de 2018, apenas para prever que a cada Programa, em exercícios específicos, poderá o

Conselho de Administração estipular um período de *vesting*, observando a necessidade de maior ou menor retenção dos beneficiários.

Desta forma, a sugestão é alterar apenas o item relativo ao Período de Carência (*"Vesting"*) que passaria a ter a seguinte redação:

"As ações, que irão compor lote de ações objeto da premiação, somente serão devidas após o cumprimento de um período mínimo de carência ("Vesting"), a ser fixado pelo Conselho de Administração a cada Programa Específico, após recomendação do Comitê de Pessoas da Companhia".

As demais disposições do plano que já foram aprovadas em assembleia geral realizada em 25 de abril de 2018 permanecerão inalteradas.

Em observância aos princípios contidos no art. 13 da Instrução CVM nº 481, as informações sobre o plano estão detalhadas no **Anexo 7** desta proposta da administração.

Por fim, eventuais dúvidas poderão ser dirimidas por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, através de mensagem eletrônica (ri@animaeducacao.com.br) ou pelo telefone (+55 11 97206-8816), os quais, desde já, encontram-se à disposição de V.Sas. para atendê-los prontamente em todas as suas necessidades.

São Paulo (SP), 25 de março de 2021.

Daniel Faccini Castanho
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO 1

ANEXO 1.1 Item 10 do formulário de referência (Art. 9, inciso III, Instrução CVM nº 481/09)

10.1 - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso *website* (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

(em milhões de Reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Receita bruta consolidada	2.692,8	2.163,4	1.855,3
EBITDA ¹	271,6	243,1	93,0
EBITDA Ajustado ²	376,1	292,8	169,9
Margem EBITDA Ajustada ³	26,5%	24,8%	15,4%

¹ Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

³ Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$2.163,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.692,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 24,5%. Nosso EBITDA Ajustado exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$376,1 milhões (margem EBITDA Ajustada de 26,5%) versus R\$292,8 milhões (margem EBITDA Ajustada de 24,8%) no mesmo período do ano anterior.

Com relação aos exercícios sociais anteriores, nossa receita bruta consolidada passou de R\$1.855,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.163,4 milhões no mesmo período de 2019, representando um crescimento de 16,6%. Nosso EBITDA Ajustado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$292,8 milhões (margem EBITDA Ajustada de 24,8%) versus R\$169,9 milhões (margem EBITDA Ajustada 15,4%) no mesmo período do ano anterior, um aumento impactado pela adoção da norma contábil IFRS 16 em 2019.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 31 de dezembro de 2020 era R\$1.666,2 milhões, em razão da elevação das aplicações financeiras em decorrência do aumento de capital ocorrido em 2020. Em 31 de dezembro de 2019, nosso capital de giro operacional era R\$116,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, nosso capital de giro operacional era equivalente a R\$176,6 milhões, o que reflete a nossa capacidade de gerir adequadamente os nossos relacionamentos com fornecedores, estudantes e credores.

Na opinião de nossa Diretoria, nosso capital de giro reflete adequadamente nossa capacidade de gerenciamento dos nossos negócios e atende às nossas necessidades de caixa, além de permitir a gestão de nossas relações com fornecedores e credores, e nos proporcionar o financiamento necessário para o atendimento à nossa estratégia de expansão. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente.

A tabela a seguir evidencia determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhões de Reais)	2020	2019	2018
Dívida Líquida ¹	(625,4)	505,5	208,6
Dívida Líquida com o efeito IFRS 16 ²	41,0	1.060,6	n.a
Liquidez corrente ³	4,8	1,3	1,8
Índice de endividamento ⁴	0,4	0,7	0,5
Rentabilidade ⁵	(2,8)%	(0,8)%	0,2%

¹ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre a Dívida Líquida com os efeitos do IFRS 16, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

³ Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente às suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁴ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁵ Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

b. Estrutura de capital

Nossa estrutura de capital em 31 de dezembro de 2020 era composta de 45% de capital próprio e 55% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
	(em R\$ milhões)		
Capital próprio			
Capital Social	2.453,6	502,7	496,4
Reservas de capital	35,2	34,3	5,9
Ágio em transações de capital	(69,6)	(69,6)	(69,6)
Ações em tesouraria	(38,2)	(10,0)	(15,6)
Reservas de lucros	124,4	232,9	248,1
Participação dos acionistas não controladores	6,4	-	-
Patrimônio líquido	2.511,8	690,4	665,2
Capital de terceiros			
Passivo circulante	440,2	339,9	231,6
Passivo não circulante	1.593,5	1.369,7	549,6
Total do passivo	2.033,7	1.709,6	781,2
Total do passivo e patrimônio líquido	4.545,5	2.400,0	1.446,4

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$2.511,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$690,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$ 1.821,4 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$ 2.038,2 milhões no capital social

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$690,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$665,2 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$25,2 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$35,0 milhões no capital social.

Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures)

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento, representado pelos saldos de nosso passivo nas contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2020, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante) no valor de R\$650,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, apresentávamos um endividamento no valor de R\$690,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, apresentávamos um endividamento no valor de R\$396,8 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2020, contávamos com uma Disponibilidade Líquida de R\$626,8 milhões, composta por uma Dívida Bruta de R\$651,1 milhões somado ao total de Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras correspondente a R\$1.277,9 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Endividamento¹	651,1	688,1	394,0
Caixa e disponibilidades de caixa	1.277,9	182,6	185,4
Disponibilidade (Dívida) Líquida	626,8	(505,5)	(208,6)
¹ Todos os empréstimos, financiamentos, debêntures líquidos dos derivativos			

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2018 a 2020 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados na expansão e melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a reforma e/ou inauguração de diversos *campi*, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios, e ainda a constante atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de computadores, equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de *softwares*. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 31 de dezembro de 2020, nossa posição de caixa correspondia a R\$1.277,8 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os efeitos dos passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade Moeda		Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	Saldo em 31 de dezembro de		
				2020	2019	2018
Capital de giro	R\$	CDI + 0,95% a 2,20%	2026	16,9	46,7	49,2
Capital de giro	U\$	USD +2,4%	2020	-	22,5	49,8
IFC	U\$	CDI+2,2%	2028	79,5	-	-
IFC	R\$	CDI +1,49%	2024	89,4	116,0	142,2
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 1,35%	2024	464,9	505,3	156,6
			Total	650,7	690,5	396,8

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debentures.

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 24 de agosto de 2015, celebramos em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional nº AGE870048/1, no valor de moeda estrangeira US\$ 28.089.888,00 (vinte e oito milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito dólares americanos), a uma taxa cambial de R\$ 3,5600 perfazendo o total de R\$ 100.000.001,28 (cem milhões e um reais e vinte e oito centavos), a ser pago em 15 parcelas trimestrais, acrescidas dos respectivos encargos. O valor contratado é ajustado multiplicando-o pelo fator de ajuste, que é a taxa/ índice/ moeda estrangeira da data de abertura, dividida pela taxa/ índice/ moeda estrangeira da data efetiva. Os valores são corrigidos a taxa de juros exponencial de 2,40% ao ano, mais CDI. Trimestralmente, a partir da data de contratação, os juros são amortizados. O valor do principal é amortizado trimestralmente sendo que a primeira parcela venceu em 01 de março de 2017.

Em 29 de maio de 2013, constituímos em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. uma cédula de crédito bancário de nº 00333476300000008000 no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 29 de maio de 2014 e a última vencerá em 29 de maio de 2023. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,20% acrescido de 100% do CDI.

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o *International Finance Corporation* (IFC), no montante de até US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, ao valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150,0 milhões, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,00% a.a. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses. O pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após este período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020. O pagamento dos juros ocorreu anualmente em 29 de maio de 2019 e 29 de maio de 2020. A partir de 29 de maio de 2020, o pagamento de juros passou a ser realizado trimestralmente.

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, em 10 de julho de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto à *International Finance Corporation* (IFC) no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia. A primeira parte do valor financiado foi liberada em julho de 2020, no montante de US\$ 15 milhões. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor do referido financiamento era de R\$88, 3 milhões.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Número Contrato	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC		10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços ; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	IFC		10/07/2020	\$ 15.000.000,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicitiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2% a.a. Libor
Ânima Holding	Banco Bradesco		29/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Itaú		21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1,35% a.a. + 100% CDI

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	96,5	17	172,3	25	296,3	75
Obrigações quirografárias	554,2	83	518,2	75	97,7	25
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures¹	650,7	100	690,5	100	396,8	100

¹ Compreende os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2020 são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do nosso passivo circulante e não circulante, vide item 3.8 do Formulário de Referência.

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

✓ Contrato do IFC

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,2. (Em I, essa relação era de 3,0).
- EBITDA Ajustado / (Dívida Bruta - Caixa Mínimo de R\$100,0 milhões) – não superior a 2,75 (Em I, essa relação era de 0,5)
- Geração de caixa dos últimos doze meses/ Dívida Bruta Futura – não inferior a 1,3 (Em I, essa relação era de 2,4)

Realizamos uma operação de *follow on* no mês de janeiro de 2020, trazendo – com os recursos captados – no primeiro trimestre de 2020 os índices citados acima para dentro dos parâmetros anteriormente estabelecidos.

✓ Demais Contratos

- EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Líquida – não inferior a 1,3 (Em I, essa relação era de 2,2);
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado– não superior a 4,0 (Em I, essa relação era de 2,6); e
- Índice de Liquidez Corrente– não inferior a 1,2 (Em I, essa relação era de 2,9).

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários;

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$4,7 milhões foram liberados em dezembro de 2018, R\$5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2020 possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 10.

Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, pós-graduação, extensão e ensino básico, incluídos em nosso segmento de Ensino. Este segmento respondeu por 95% das receitas do período de nove meses encerrado em 31 de dezembro de 2020. A HSM, instituição de educação corporativa, a EBRADI, escola brasileira de direito, formam o segmento de Outros Negócios, que representa 5% das receitas no referido período. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada.

No Ensino a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- PROUNI - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os descontos decorrentes do PROUNI totalizaram, R\$241,2 milhões e R\$226,5 milhões, respectivamente, o que deduzimos de nossas receitas brutas ao apresentar a receita líquida em nossas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 tivemos o valor de R\$226,2 milhões referente a estes mesmos descontos decorrentes do PROUNI. No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020, os descontos decorrentes dos PROUNI totalizaram R\$248,5. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.
- Descontos concedidos pela mantenedora - São descontos concedidos pela mantenedora das Universidades, Centros Universitários e Faculdades que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).

- Pagamento no prazo - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- Captações de alunos - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.
- Convênios com empresas - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- Pós-graduação - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- Parentesco - São descontos oferecidos a parentes de alunos.
- Acordos - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- Desempenho acadêmico - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- Segundo curso - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.
- Devoluções - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- Bolsa de estudos - São descontos para funcionários da instituição e outras bolsas que variam a cada processo de captação, conforme estratégia comercial.

A Receita dos Outros Negócios se divide em eventos e seminários, prestação de serviços de educação customizados para empresas e prestação de serviços de educação In Company, consultorias tecnológicas à empresas, além da venda de produtos como o HSM Performance e o HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão. Temos também a EBRADI, uma start-up de ensino e capacitação jurídica on-line.

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

No caso do HSM Performance são firmados contratos anuais no qual as receitas são reconhecidas mensalmente no decorrer da implementação do produto. O HSM Performance se enquadra assim na implantação de um ambiente de gestão estratégica e de capital humano focado principalmente em empresas de pequeno e médio porte que buscam a sua estruturação e consolidação no mercado. Já o HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

No caso da EBRADI – Escola Brasileira de Direito, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, Pis e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

Custos dos Produtos e Serviços

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 representavam cerca de 83,9% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente dois *campi* próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos outros 49 *campi*. As despesas de aluguel, junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 4,5% dos custos totais de nosso segmento de Ensino Superior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de software acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 11,6% dos custos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma proxy de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, comercial, transformação digital, educação continuada, operações, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido a uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Análise das variações de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	<u>31/12/2020</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>AV (%)</u>
RECEITA LÍQUIDA	<u>1.421,9</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.181,5</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.102,5</u>	<u>100,00%</u>
	-	-	-	-	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(683,4)</u>	<u>-48,06%</u>	<u>(671,6)</u>	<u>-56,84%</u>	<u>(707,1)</u>	<u>-64,14%</u>

	-	-	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	<u>738,5</u>	<u>51,94%</u>	<u>509,9</u>	<u>43,16%</u>	<u>395,4</u>	<u>35,86%</u>
	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(620,3)</u>	<u>-43,62%</u>	<u>(390,0)</u>	<u>-33,01%</u>	<u>(356,7)</u>	<u>-32,35%</u>
Comerciais	<u>(167,3)</u>	<u>-11,77%</u>	<u>(110,0)</u>	<u>-9,31%</u>	<u>(96,7)</u>	<u>-8,77%</u>
Gerais e administrativas	<u>(338,3)</u>	<u>-23,79%</u>	<u>(281,9)</u>	<u>-23,86%</u>	<u>(259,3)</u>	<u>-23,52%</u>
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(3,6)</u>	<u>-0,25%</u>	<u>(2,5)</u>	<u>-0,21%</u>	<u>(2,5)</u>	<u>-0,23%</u>
Outras (despesas) operacionais	<u>(111,1)</u>	<u>-7,81%</u>	<u>4,4</u>	<u>0,37%</u>	<u>1,8</u>	<u>0,16%</u>
	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>118,2</u>	<u>8,31%</u>	<u>119,9</u>	<u>10,15%</u>	<u>38,7</u>	<u>3,51%</u>
	-	-	-	-	-	-
Receita financeira	<u>45,6</u>	<u>3,21%</u>	<u>27,0</u>	<u>2,29%</u>	<u>39,0</u>	<u>3,54%</u>
Despesa financeira	<u>(200,1)</u>	<u>-14,07%</u>	<u>(153,2)</u>	<u>-12,97%</u>	<u>(73,8)</u>	<u>-6,69%</u>
Resultado financeiro	<u>(154,5)</u>	<u>-10,87%</u>	<u>(126,2)</u>	<u>-10,68%</u>	<u>(34,8)</u>	<u>-3,16%</u>
	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	<u>(36,3)</u>	<u>-2,55%</u>	<u>(6,3)</u>	<u>-0,53%</u>	<u>3,9</u>	<u>0,35%</u>
	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	<u>(4,3)</u>	<u>-0,30%</u>	<u>(3,3)</u>	<u>-0,28%</u>	<u>(1,7)</u>	<u>-0,15%</u>
	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>(40,6)</u>	<u>-2,86%</u>	<u>(9,6)</u>	<u>-0,81%</u>	<u>2,2</u>	<u>0,20%</u>
	-	-	-	-	-	-
Participação da controladora	<u>(41,1)</u>	<u>-2,89%</u>	<u>(9,6)</u>	-	-	-
Participação de não controladores	<u>0,5</u>	<u>0,04%</u>	<u>-</u>	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$1.421,9 milhões, representando um aumento de 20,3% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Expansão de 5,6% da base de alunos, em que as aquisições tiveram papel relevante para esse crescimento;

ii) Aumento médio no Ticket Líquido, que segue a sua trajetória de evolução, resultado de decisões acertadas na estratégia de sua recomposição, através de ferramentas tecnológicas, projetos e iniciativas internos; e de opções igualmente estratégicas em nossas aquisições que resultaram, em conjunto, em um ticket médio líquido melhor do que a tendência reportada no ano anterior;

iii) Início da consolidação dos resultados referentes às aquisições da Ages (agosto de 2019), Unicuritiba (fevereiro de 2020), Faseh (maio de 2020) e UniFG (julho de 2020);

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, nossos custos totalizaram R\$685,3 milhões, o que representa um aumento de R\$13,7 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, em virtude do aumento de número de alunos fruto das aquisições realizadas pela Companhia. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 56,8% no exercício findo em 2019 para 48,2% no mesmo período de 2020. Essa melhora se deve principalmente aos ganhos de produtividade docente (a capacidade de colocar o maior número possível de alunos na mesma classe) e de apoio acadêmico (por meio da redução de coordenadores de cursos e aumento da capacidade dos laboratórios), consequência dos benefícios de eficiência operacional de nosso modelo acadêmico de aprendizagem por competência.

LUCRO BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$736,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o que representa um aumento de R\$226,7 milhões, em relação ao mesmo período de 2020. Em relação à receita líquida, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 nosso lucro bruto representou 51,8%, um aumento no percentual em relação ao mesmo período de 2019 que representou 43,1%. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (aumento do número médio de alunos por sala) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

DESPESAS COMERCIAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$167,3 milhões, ou 11,7% sobre a receita líquida, enquanto que, no mesmo período de 2019 totalizaram R\$110,0 milhões ou 9,3% da receita líquida. Essa elevação se deu principalmente em virtude do aumento da PDD, que segue em níveis mais elevados em virtude do momento desafiador que temos enfrentado ocasionado pela pandemia COVID-19. Seguimos com nossa disciplina na metodologia de cálculo da PDD, que tem capturado o ambiente de risco provocado pelos efeitos da pandemia, com mais visibilidade no segundo semestre de 2020, uma vez que tivemos um bom desempenho no nosso processo de captação de alunos e estamos retornando as aulas presenciais em ambientes rotacionados e de forma faseada.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$336,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o que representa 23,6% da receita líquida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$281,9 milhões, ou 23,8% da receita líquida. Essa elevação é fruto de centralizações de processos que costumavam acontecer nas unidades, e maior robustez da estrutura corporativa, garantindo assim, maior poder de escalabilidade e maior agilidade nas integrações das aquisições.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$2,5 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para um prejuízo de R\$3,6 milhão no mesmo período de 2020, resultado em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$111,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, enquanto que no mesmo período de 2019 totalizaram uma receita de R\$4,4 milhões. Este aumento está relacionado principalmente a provisão para perda de *impairment* sobre a UGC de outros negócios HSM e também à redução significativa das sublocações neste período devido à pandemia no COVID-19.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$154,5 milhões, ante um resultado negativo de R\$126,2 milhões no mesmo período de 2019.

Essa variação é explicada principalmente pelos juros vinculados à segunda debêntures; pelas comissões e despesas relacionadas a novas operações de crédito destinados a viabilizar nossas recentes aquisições; pelo aumento do saldo dos títulos a pagar referente às aquisições recentes; pelas despesas de arrendamento, como consequência do IFRS-16; e pelo maior nível de desconto financeiros concedidos aos alunos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício encerrado em 30 de dezembro de 2020, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$4,3 milhões, comparado a uma despesa de R\$3,3 milhões no mesmo período de 2019, tal redução está relacionado principalmente por algumas mais valias proveniente de aquisições terem finalizado.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou um prejuízo de R\$41,1 milhões, ou R\$31,5 milhões abaixo do valor reportado no mesmo período de 2019, que correspondeu a um prejuízo de R\$9,6 milhões.

Análise das variações de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhões de Reais)

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	1.181,5	100,0%	1.102,5	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(671,6)	(56,8)%	(707,1)	(64,1)%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	509,9	43,2%	395,4	35,9%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(390,0)	(33,0)%	(356,7)	(32,4)%
Comerciais	(110,0)	(9,3)%	(96,7)	(8,8)%
Gerais e administrativas	(281,9)	(23,9)%	(259,3)	(23,5)%
Resultado da equivalência patrimonial	(2,5)	(0,2)%	(2,5)	(0,2)%
Outras receitas operacionais líquidas	4,4	0,4%	1,8	0,2%
RESULTADO OPERACIONAL	119,9	10,2%	38,7	3,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(126,3)	(10,7)%	(34,7)	(3,1)%
Resultado financeiro líquido				
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	(6,4)	(0,5)%	4,0	0,4%
	(3,3)	(0,3)%	(1,7)	(0,2)%

Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(9,7)	(0,8)%	2, 3	0,2%
----------------------------------------------	--------------	---------------	-------------	-------------

—
* A partir do início de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas. Por estarem impactados pela regra do IFRS-16, os valores de 2019 nesta tabela não são comparáveis com os valores de 2018.

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$1.181,5 milhões, representando um aumento de 7,2% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Expansão de 10,3% da base de alunos, com destaque para um crescimento de 12,2% na base de alunos da Graduação;
- ii) Repasse médio do aumento médio nos custos, especialmente referente à inflação, repassado aos alunos por meio de aumento de mensalidades e um ganho com melhor mix dos nossos cursos; e
- iii) Início da consolidação dos resultados referentes às aquisições da CESUC (julho de 2018), Faculdade Jangada (julho de 2018), Faced (janeiro de 2019) e AGES (agosto de 2019).

O aumento da receita foi parcialmente compensado por um aumento de nossos descontos médios, concentrados principalmente nas primeiras mensalidades do curso.

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, nossos custos totalizaram R\$671,6 milhões, o que representa uma queda de R\$35,5 milhões, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 64,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 56,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa melhora se deve principalmente aos ganhos de produtividade docente (a capacidade de colocar o maior número possível de alunos na mesma classe) e de apoio acadêmico (por meio da redução de coordenadores de cursos e aumento da capacidade dos laboratórios).

LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$509,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representa um aumento de R\$114,5 milhões, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida, tivemos nesse exercício um aumento em relação a 31 de dezembro de 2018, chegando a um Lucro Bruto que representa 43,2% da receita líquida em 31 de dezembro de 2019, comparado a 35,9% em 31 de dezembro de 2018. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (aumento do número médio de alunos por sala) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

DESPESAS COMERCIAIS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$110,0 milhões, ou 9,3% sobre a Receita Líquida, enquanto que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$96,7 milhões ou 8,8% da receita líquida. Essa elevação se deu em virtude do plano de expansão orgânica, principalmente pela abertura de 8 novas unidades no início de 2019, e de iniciativas de fortalecimentos das nossas marcas, especialmente das regiões de maior competitividade.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$281,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa 23,9% da receita líquida. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as

despesas gerais e administrativas totalizaram R\$259,3 milhões, ou 23,5% da receita líquida. Essa evolução está principalmente relacionada à nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas a partir do início de 2019, não havendo outros fatores relevantes que sejam relacionados à referida variação.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, um prejuízo de R\$2,5 milhão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, se manteve em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram uma receita de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 essas totalizaram uma receita de R\$1,8 milhão. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo menor volume de multas e juros, fruto de um trabalho preventivo na negociação de débitos em atraso.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$126,3 milhões, ante um resultado negativo de R\$34,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação pode ser explicada principalmente pela nova norma contábil referente ao IFRS-16, assim como pelo incremento das despesas de juros com empréstimos decorrente de captações destinadas a viabilizar nossas recentes aquisições.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$3,3 milhões, comparado a uma despesa de R\$1,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo que tal aumento se explica principalmente em razão do estorno de passivo de IR e CS pela incorporação do imóvel da Sociesc realizada em 2018, reduzindo os valores de 2018 a patamares menores voltando ao curso de despesas normal em 2019.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Em razão dos fatores acima evidenciados, em especial o efeito do IFRS-16, que passou a ter impacto no ano de 2019, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou um prejuízo de R\$9,7 milhões, ou R\$12,0 milhões abaixo do valor reportado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que foi um lucro líquido de R\$2,3 milhões.

Análise das variações de resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com 31 de Dezembro de 2017

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	1.102,5	100,0%	1.045,7	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(707,1)	(64,1)%	(646,5)	(61,8)%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	395,4	35,9%	399,1	38,2%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(356,7)	(32,4)%	(313,0)	(29,9)%
Comerciais	(96,7)	(8,8)%	(84,2)	(8,1)%
Gerais e administrativas	(259,3)	(23,5)%	(228,2)	(21,8)%
Resultado da equivalência patrimonial	(2,5)	(0,2)%	(0,4)	0,0%
Outras receitas operacionais líquidas	1,8	0,2%	(0,2)	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	38,7	3,5%	86,2	8,2%
		(3,1)%	(37,9)	(3,6)%

Resultado financeiro líquido	(34,7)			
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS	4,0	0,4%	48,3	4,6%
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(1,7)	(0,2)%	36,8	3,5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2,3	0,2%	85,2	8,1%

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$1.102,5 milhões, representando um aumento de 5,4% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Passamos a consolidar os resultados referentes às aquisições da CESUS e Jangada, a partir de julho de 2018.
- ii) Repasse médio referente à inflação sobre as mensalidades e um ganho com melhor mix dos nossos cursos;
- iii) Expansão de 9,9% da base de alunos, com destaque para aumento da base de alunos na Graduação de 83.045 alunos em 31 de dezembro de 2017 para 88.406 alunos em 31 de dezembro de 2018;
- iv) Aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial, e pela transferência do custo com agentes financeiros do FIES de 2% do governo para as instituições de ensino superior (IES).

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossos custos totalizaram R\$707,1 milhões, o que representa um acréscimo de R\$60,6 milhões, ou 9,4%, em relação ao mesmo período de 2017. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 61,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 64,1% no mesmo período de 2018. O aumento dos custos decorreu, principalmente, das novas unidades abertas em 2018, da operação integral das unidades abertas em 2017 e as aquisições da CESUC e da Faculdade Jangada (em julho de 2018).

LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Reportamos, dessa forma, um lucro bruto de R\$395,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa uma redução de R\$3,8 milhões, ou 1,0%, em relação ao mesmo período de 2017. Em relação à receita líquida o lucro bruto representou 35,9% da receita líquida em 2018, uma redução quando comparado ao mesmo período de 2017, que representou 38,2% da receita líquida. Apesar dos ganhos de produtividade docente e de apoio acadêmico, notamos uma piora em custos de aluguel e ocupação, decorrente principalmente das novas unidades inauguradas no início de 2018 e da revisão contratual das unidades da São Judas (Mooca e Butantã), acordada quando da aquisição em 2014, e de serviços de terceiros, explicado pela decisão de terceirizar os serviços de limpeza e segurança em nossas unidades.

DESPESAS COMERCIAIS

Em 2018 as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$96,7 milhões, ou 8,8% sobre a Receita Líquida, enquanto que no mesmo período do ano anterior totalizaram R\$84,2 milhões ou 8,1% da receita líquida. O incremento nas despesas de marketing pode ser explicado principalmente pelo nosso posicionamento centrado nas forças das nossas marcas (visando o reposicionamento da marca UNIBH no segmento *premium*) aliado ao nosso plano de expansão orgânica (com a abertura das 7 novas unidades em 2018 e o lançamento de 8 novos *campi* para 2019, foi necessário um incremento de verba de *marketing* para refletir na captação de 2018 e 2019, o que surtiu efeito direto em nossa captação de alunos).

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$259,3 milhões em 2018, o que representou um incremento de R\$31,1 milhões comparado com 2017. Com relação à receita líquida, essas despesas representaram 23,5% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e 21,8% no mesmo período de 2017. O aumento decorreu, principalmente, pelas novas unidades abertas em 2018, pela operação integral das unidades abertas em 2017 e as aquisições da CESUC e Faculdade Jangada (julho de 2018), além de gastos da abertura dos novos *campi* de 2019.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O nosso resultado de equivalência patrimonial passou de um prejuízo de R\$0,4 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um prejuízo de R\$2,5 milhões no mesmo período de 2018. Esse resultado reflete os resultados da sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras despesas operacionais totalizaram uma receita de R\$1,8 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 (versus uma despesa de R\$0,2 milhão no mesmo período de 2017). A variação é explicada, principalmente, pelo aumento da receita resultante de sublocação de salas a terceiros.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$34,7 milhões, ante um resultado negativo de R\$37,9 milhões no mesmo período de 2017. Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução das despesas de juros com empréstimos em decorrência de amortizações realizadas, além da queda na taxa básica de juros (SELIC) do Brasil no período.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$1,7 milhão. No mesmo período de 2017, reportamos uma receita de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$36,8 milhões. Tal variação é explicada, principalmente, por créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais decorrentes de reestruturação societária implementada no quarto trimestre de 2017.

LUCRO LÍQUIDO DE EXERCÍCIO

O Lucro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou um lucro líquido de R\$2,3 milhões, ou 97,4% abaixo do valor reportado no mesmo período de 2017. Isso representou uma perda de 7,9pp da margem sobre a Receita Líquida (0,2% em 2018 versus 8,1% em 2017), principalmente pelas despesas de natureza não recorrente reportadas anteriormente.

Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2020 comparado com 31 de dezembro de 2019

(Em milhões de Reais)	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Var. 31/12/20 / 31/12/2019
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	73,2	1,60%	31,6	1,32%	-131,65%
Aplicações financeiras	1.204,7	26,29%	151,0	6,29%	-697,81%
Contas a receber	343,6	7,50%	213,3	8,89%	-61,09%
Adiantamentos diversos	25,0	0,55%	27,8	1,16%	10,07%
Direitos e empréstimos para aquisições	-	0,00%	2,4	0,10%	100,00%

Outros ativos circulantes	46,9	1,02%	8,5	0,35%	-451,76%
Impostos e contribuições a recuperar	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Derivativos	413,2	9,02%	21,3	0,89%	-1839,91%
Total dos ativos circulantes	2.106,6	45,97%	455,9	19,00%	-362,08%

ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Contas a receber	35,4	0,77%	-	0,00%	0,00%
Impostos e contribuições a recuperar	15,2	0,33%	12,8	0,53%	-18,75%
Créditos com partes relacionadas	10,8	0,24%	9,8	0,41%	-10,20%
Direitos a receber por aquisições	103,2	2,25%	136,3	5,68%	24,28%
Depósitos judiciais	63,4	1,38%	61,1	2,55%	-3,76%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,5	0,03%	1,6	0,07%	6,25%
Outros ativos não circulantes	7,0	0,15%	5,0	0,21%	-40,00%
Investimentos	10,8	0,24%	-	0,00%	0,00%
Imobilizado	370,9	8,09%	367,1	15,30%	-1,04%
Direito de uso de arrendamentos	608,7	13,28%	531,5	22,15%	-14,52%
Intangível	1.249,0	27,26%	818,9	34,12%	-52,52%
Total dos ativos não circulantes	2.475,9	54,03%	1.944,1	81,00%	-27,35%
TOTAL DOS ATIVOS	4.582,5	100,00%	2.400,0	100,00%	-90,94%

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$ 2.106,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 e representava 45,97% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 apresentava um valor de R\$455,9 milhões e representava 19,0% do ativo total. A principal variação se deu pelas aplicações financeiras, que passou de um valor de R\$151,0 milhões em 2019 para R\$1.204,7 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$2.475,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 e representava 54,03% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$1.944,1 milhões e representava 81,0% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento do ativo intangível no valor de R\$ 354,0 milhões, passando de um saldo de R\$ 818,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.212,3 milhões em 31 de dezembro de 2020.

(Em milhões de Reais)	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Var. 31/12/2020 / 31/12/2019
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	48,8	2,37%	32,0	1,87%	-52,50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	129,6	6,30%	103,4	6,05%	-25,34%
Arrendamentos a pagar	40,4	1,97%	24,7	1,44%	-63,56%
Obrigações sociais e salariais	97,4	4,74%	75,6	4,42%	-28,84%
Obrigações tributárias	25,3	1,23%	20,6	1,20%	-22,82%
Adiantamentos de clientes	36,7	1,79%	17,0	0,99%	-115,88%
Títulos a pagar	46,3	2,25%	65,3	3,82%	29,10%

Parcelamento de impostos e contribuições	10,1	0,49%	-	0,00%	0,00%
Derivativos	0,3	0,01%	-	0,00%	0,00%
Outros passivos circulantes	6,1	0,30%	1,3	0,08%	-369,23%
Total dos passivos circulantes	441,0	21,45%	339,9	19,88%	-29,74%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	521,2	25,35%	587,0	34,34%	11,21%
Arrendamentos a pagar	626,1	30,45%	530,5	31,03%	-18,02%
Contas a pagar com partes relacionadas	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Adiantamentos de clientes	7,0	0,34%	-	0,00%	0,00%
Débitos com partes relacionadas	0,1	0,00%	-	0,00%	0,00%
Derivativos	1,9	0,09%	-	0,00%	0,00%
Títulos a pagar	189,4	9,21%	75,2	4,40%	-151,86%
Parcelamento de impostos e contribuições	39,9	1,94%	2,6	0,15%	-1434,62%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	111,8	5,44%	70,1	4,10%	-59,49%
Provisão para perdas em investimentos	-	0,00%	2,3	0,13%	100,00%
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	115,0	5,59%	98,8	5,78%	-16,40%
Outros passivos não circulantes	2,5	0,12%	3,2	0,19%	21,88%
Total dos passivos não circulante	1.614,9	78,55%	1.369,7	80,12%	-17,90%
Total dos passivos	2.055,9	100,00%	1.709,6	100,00%	-20,26%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$441,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 e representava 21,4% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$339,9 milhões, representando 19,9% do nosso passivo.

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$1.614,9, milhões em 31 de dezembro de 2020 e representava 78,5% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$1.369,7 milhões e representava 80,1% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

- Aumento dos arrendamentos a pagar no valor de R\$95,6 milhões passando de um saldo de R\$ 530,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 626,1 milhões em 31 de dezembro de 2020;
- Aumento dos títulos a pagar no valor de R\$114,2 milhões passando de um saldo de R\$75,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 189,4 milhões em 31 de setembro de 2020.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital social integralizado	2.569,6	56,07%	531,4	22,14%
Gastos com emissão de ações	(115,9)	-2,53%	(28,6)	-1,19%
Ágio em transação de capital	(69,5)	-1,52%	(69,6)	-2,90%

<i>Reserva de capital</i>	35,2	0,77%	34,3	1,43%
<i>Ações em tesouraria</i>	(38,2)	-0,83%	(10,0)	-0,42%
<i>Reserva de lucros</i>	124,4	2,71%	232,9	9,70%
	2.505,6	54,68%	690,4	28,77%
<i>Participação dos acionistas não controladores</i>	21,0		-	
<i>Total do patrimonio liquido</i>	2.526,6	55,14%	690,4	28,77%
 <i>TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS</i>	 4.582,5	 100%	 2.400,0	 100,00%

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$2.526,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$690,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$1.836,2 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$2.038,2 milhões referente ao aumento de capital no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 comparado com 31 de dezembro de 2018

(Em milhões de Reais)

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 31/12/19 / 31/12/2018
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	31,6	1,3%	99,5	6,9%	(68,3)%
Aplicações financeiras	151,0	6,3%	85,9	5,9%	75,8%
Contas a receber	213,3	8,9%	174,1	12,0%	22,6%
Adiantamentos diversos	27,8	1,2%	31,6	2,2%	(12,0)%
Outros ativos circulantes	5,7	0,2%	5,6	0,4%	(20,9)%
Impostos e contribuições a recuperar	4,1	0,2%	9,7	0,7%	(57,7)%
Direitos e empréstimos para aquisições	20,1	0,8%	-	n.a	n.a
Derivativos	2,4	0,1%	1,9	0,1%	29,2%
Total dos ativos circulantes	455,9	19,0%	408,2	28,2%	11,7%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Adiantamentos diversos	-	n.a.	7,2	0,5%	n.a.
Depósitos judiciais	61,1	2,5%	50,3	3,5%	21,3%
Créditos com partes relacionadas	9,8	0,4%	9,5	0,7%	2,9%
Impostos e contribuições a recuperar	12,8	0,5%	12,2	0,8%	5,0%
Derivativos	-	n.a.	0,9	0,1%	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,6	0,1%	1,6	0,1%	0,0%

Direitos e empréstimos para aquisições	100,1	13,3%	-	n.a.	n.a.
Outros ativos não circulantes	41,1	1,7%	37,3	2,6%	10,1%
Investimentos	-	n.a.	0,2	0,0%	n.a.
Imobilizado	367,1	15,3%	301,8	20,9%	21,6%
Direito de uso de arrendamento	531,5	22,1%	-	n.a.	n.a.
Intangível	818,9	34,1%	617,2	42,7%	32,7%
Total dos ativos não circulantes	1.944,1	81,0%	1.038,3	71,8%	87,2%
TOTAL DOS ATIVOS	2.400,0	100,0%	1.446,5	100,0%	65,9%

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$455,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 19,0% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 apresentava um valor de R\$408,2 milhões e representava 28,2% do ativo total. A principal variação se deu pelo Contas a receber, que passou de um valor de R\$174,1 milhões em 2018 para R\$213,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$1.944,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 81,0% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$1.038,3 milhões e representava 71,8% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

a) Aumento do direito de uso de arrendamento em função do IFRS-16;

b) Aumento do ativo intangível no valor de R\$201,8 milhões, passando de um saldo de R\$617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$818,9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 31/12/2019 / 31/12/2018
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	32,0	1,9%	31,0	4,0%	3,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	103,4	6,0%	80,5	10,3%	28,4%
Arrendamentos a pagar	24,7	1,4%	-	n.a.	n.a.
Obrigações sociais e salariais	75,6	4,4%	69,5	8,9%	8,7%
Obrigações tributárias	20,6	1,2%	18,8	2,4%	9,4%
Adiantamentos de clientes	17,0	1,0%	16,9	2,2%	n.a.
Títulos a pagar	65,3	3,8%	13,3	1,7%	390,1%
Outros passivos circulantes	1,3	0,1%	1,0	0,1%	40,2%
Total dos passivos circulantes	339,9	19,9%	231,6	29,6%	46,8%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	587,0	34,3%	316,3	40,5%	85,6%
Arrendamentos a pagar	530,5	31,0%	-	n.a.	n.a.
Débito com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(10,0)%
Títulos a pagar	75,2	4,4%	85,7	11,0%	(12,3)%
Parcelamento de impostos e contribuições	2,6	0,2%	2,7	0,3%	(4,1)%
Imposto de renda e contribuição social diferido	70,1	4,1%	44,5	5,7%	57,3%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	98,8	5,8%	97,9	12,5%	0,9%
Outros passivos não circulantes	3,2	0,2%	2,5	0,3%	23,8%
Provisão para perdas em investimento	2,3	0,1%	-	-	n.a.
Total dos passivos não circulantes	1.369,7	80,1%	549,6	70,4%	149,2%
TOTAL DOS PASSIVOS	1.709,6	100,0%	781,2	100,0%	118,8%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$339,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 19,9% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$231,6 milhões, representando 29,6% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

- a) Aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 22,9 milhões passando de um saldo de R\$ 80,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 103,4 milhões em 31 de dezembro de 2019;
- b) Aumento dos títulos a pagar no valor de R\$ 52,0 milhões passando de um saldo de R\$13,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 65,3 milhões em 31 de dezembro de 2019;
- c) Aumento dos arrendamentos a pagar em função do IFRS-16.

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$1.369,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 80,1% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$549,6 milhões e representava 70,4% do nosso passivo. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 270,8 milhões passando de um saldo de R\$ 316,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 587,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhões de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>AV (%)</u>
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital Social Integralizado	531,4	77,0%	496,4	34,3%
Gastos com emissões de ações	(28,6)	(4,1)%	-	n.a.
Reserva de capital	34,3	5,0%	5,9	0,4%
Reserva de lucros	232,9	33,7%	248,1	17,2%
Ágio em transação de capital	(69,6)	(10,1)%	(69,6)	(4,8)%
Ações em tesouraria	(10,0)	(1,4)%	(15,6)	(1,1)%
Total do patrimônio líquido	<u>690,4</u>	<u>100,0%</u>	<u>665,2</u>	<u>46,0%</u>
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVOS	<u>690,4</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.446,5</u>	<u>100,0%</u>

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$690,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$665,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$25,0 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$35,0 milhões referente ao aumento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2018 comparado com 31 de dezembro de 2017

(Em milhões de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>AV (%)</u>	<u>Var.2018 / 2017</u>
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	99,5	6,9%	33,9	2,5%	193,4%
Aplicações financeiras	85,9	5,9%	82,0	6,1%	4,8%

Contas a receber	174,1	12,0%	246,9	18,5%	(29,5)%
Adiantamentos diversos	31,6	2,2%	30,5	2,3%	3,5%
Outros ativos circulantes	5,6	0,4%	7,7	0,6%	(27,4)%
Impostos e contribuições a recuperar	9,7	0,7%	9,0	0,7%	7,5%
Derivativos	1,9	0,1%	-	n.a.	n.a.
Total dos ativos circulantes	408,2	28,2%	410,0	30,6%	(0,4)%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	-	n.a.	0,1	0,0%	n.a.
Adiantamentos diversos	7,2	0,5%	11,6	0,9%	37,6%
Depósitos judiciais	50,3	3,5%	47,4	3,5%	6,2%
Créditos com partes relacionadas	9,5	0,7%	0,3	0,0%	2760,1%
Impostos e contribuições a recuperar	12,2	0,8%	16,2	1,2%	(24,2)%
Derivativos	0,9	0,1%	-	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,6	0,1%	1,6	0,1%	0,0%
Outros ativos não circulantes	37,3	2,6%	30,0	2,2%	24,3%
Investimentos	0,2	0,0%	2,7	0,2%	(93,3)%
Imobilizado	301,8	20,9%	246,1	18,4%	22,6%
Intangível	617,1	42,7%	572,1	42,7%	7,9%
Total dos ativos não circulantes	1.038,3	71,8%	928,1	69,4%	11,9%
TOTAL DOS ATIVOS	1.446,5	100,0%	1.338,2	100,0%	8,1%

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$408,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 28,2% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 apresentava um valor de R\$410,0 milhões e representava 30,6% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento de R\$65,6 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixas e redução de R\$72,8 milhões no saldo do contas a receber que passou de um valor de R\$246,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um valor de R\$ 174,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$1.038,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 71,8% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$928,1 milhões e representava 69,4% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

a) Aumento do ativo imobilizado no valor de R\$55,7 milhões, passando de um saldo de R\$246,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$301,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

b) Aumento do ativo intangível no valor de R\$45,0 milhões, passando de um saldo de R\$572,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	Var. 2018 / 2017
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	31,0	4,0%	33,8	5,3%	(8,2)%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	80,5	10,3%	52,5	8,2%	53,4%
Obrigações sociais e salariais	69,5	8,9%	62,6	9,8%	11,1%
Obrigações tributárias	18,8	2,4%	17,5	2,7%	7,6%
Adiantamentos de clientes	16,9	2,2%	17,5	2,7%	(3,7)%
Parcelamento de impostos e contribuições	-	n.a.	0,1	0,0%	n.a.
Títulos a pagar	13,3	1,7%	11,1	1,7%	19,6%
Dividendos a pagar	0,6	0,1%	20,2	3,1%	-97,3%
Derivativos	-	n.a.	4,9	0,8%	n.a.
Outros passivos circulantes	1,0	0,1%	1,2	0,2%	(16,4)%
Total dos passivos circulantes	231,5	29,6%	221,5	34,5%	4,6%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	316,3	40,5%	223,3	34,8%	41,6%
Titulos a pagar	85,7	11,0%	61,1	9,5%	40,2%
Derivativos	-	n.a.	2,6	0,4%	n.a.
Débitos com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	11,1%
Parcelamento de impostos e contribuições	2,7	0,3%	3,0	0,5%	(10,2)%
Imposto de renda e contribuição social diferido	44,5	5,7%	38,4	6,0%	15,9%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	97,9	12,5%	88,3	13,8%	10,8%
Outros passivos não circulantes	2,5	0,3%	3,4	0,5%	(26,0)%
Total dos passivos não circulantes	549,6	70,4%	420,2	65,5%	30,8%
TOTAL DOS PASSIVOS	781,2	100,0%	641,7	100,0%	21,7%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$231,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 29,6% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$221,5 milhões, representando 34,5% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido à:

a) Aumento de R\$ 28,0 milhões nos empréstimos e financiamentos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 52,5 milhões, e R\$ 80,5 milhões em 31 de dezembro de 2018.

b) Redução da conta dividendos a pagar em R\$ 19,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2017 foi R\$ 20,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2018 R\$ 0,6 milhões.

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$549,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 70,4% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$420,2 milhões e representava 65,5% do nosso passivo. Esse aumento ocorreu principalmente devido à:

a) Aumento da conta de empréstimos e financiamentos em R\$ 93,0 milhões

b) Aumento dos títulos a pagar em R\$ 24,6 milhões.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital Social Integralizado	496,4	34,3%	496,4	37,1%
Reserva de capital	5,9	0,4%	6,6	0,5%
Reserva de lucros	248,1	17,2%	277,2	20,7%
Ágio em transação de capital	(69,6)	(4,8)%	(69,6)	(5,2)%
Ações em tesouraria	(15,6)	(1,1)%	(14,2)	(1,1)%
Lucros acumulados	-	n.a.	-	n.a.
	<u>665,2</u>	46,0%	<u>696,4</u>	52,0%
Participação dos acionistas não controladores	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Obrigações por compra de investimento	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total do patrimônio líquido	<u>665,2</u>	46,0%	<u>696,4</u>	52,0%
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS	<u>1.446,5</u>	100%	<u>1.338,2</u>	100,0%

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$665,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$696,4 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$ 31,2 milhões. Os principais fatores que explicam essa variação são:

a) Redução de R\$29,1 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo cancelamento de 2.388.556 ações em tesouraria.

b) Aumento de R\$1,4 milhões nas ações em tesouraria, referente a recompras de ações ordinárias.

**Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020
comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2019**

(Em milhões de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019	Var. 20 / 19 (\$)
Resultado Líquido	(40,7)	(9,6)	31,1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85,5	47,4	(38,1)
Atualização (reversão) depósito judicial	0,9	(2,6)	(3,5)
Depreciação e amortização	88,3	66,3	(22,0)
Amortização direito de uso de arrendamentos	61,5	56,8	(4,7)
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	10,1	3,2	(6,9)
Baixa direito de uso de arrendamentos	(0,9)	0,9	1,8
Equivalência patrimonial	3,6	2,5	(1,1)
Provisão por impairment	61,6	-	(61,6)
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e	30,8	29,5	(1,3)
parcelamento impostos			
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	22,2	3,2	(19,0)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	27,3	10,6	(16,7)
Despesa de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	76,2	66,5	(9,7)
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	(6,4)	-	6,4
Receita com ajuste a valor presente financiamento Ampliar e Pravalier	0,2	(1,5)	(1,7)
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,4)	(2,9)	(0,5)
Remuneração baseada em ações	5,8	1,0	(4,8)
Valor justo com derivativos	0,9	1,9	1,0
Valor Justo Earn Out	(1,5)	-	1,5
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	4,3	3,3	(1,0)
Geração de Caixa Operacional Bruta	427,3	276,5	(150,8)
Δ contas a receber	(234,1)	(84,2)	149,9
Δ adiantamentos diversos	3,2	2,1	(1,1)
Δ depósitos judiciais	(8,5)	(9,1)	(0,6)
Δ impostos e contribuições a recuperar	(3,3)	5,0	8,3
Δ outros ativos	(38,7)	(2,9)	35,8

Δ fornecedores	7,9	(1,3)	(9,2)
Δ obrigações tributárias, sociais e salários	(4,7)	5,5	10,2
Δ adiantamento de clientes	7,3	0,1	(7,2)
Δ parcelamento de impostos e contribuições	6,6	(0,2)	(6,8)
Δ títulos a pagar	-	(1,3)	(1,3)
Δ provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	(4,4)	(7,2)	(2,8)
Δ outros passivos	(5,4)	(4,4)	1,0
Variação nos ativos e passivos operacionais	(274,1)	(97,9)	176,2
Juros pagos	(29,5)	(18,4)	11,1
Imposto de renda e contribuição social pagos	(0,4)	-	0,4
Total de pagamentos de provisões, juros e IR e CSLL	(29,9)	(18,4)	11,5
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	123,3	160,2	36,9
Aumento de capital em controlada	(6,2)	-	6,2
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	(147,4)	(44,5)	102,9
Direitos de empréstimos em aquisições futura	(323,4)	(120,2)	203,2
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio	(25,0)	(29,4)	(4,4)
Aplicação de aplicações financeiras	(1.036,4)	(58,1)	978,3
Rendimento de aplicações financeiras	(17,2)	(7,0)	10,2
Compra de ativo imobilizado	(71,5)	(82,7)	(11,2)
Compra de ativo intangível	(49,1)	(33,1)	16,0
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.676,2)	(375,0)	1.301,2
Mútuos com partes relacionadas	(3,7)	-	3,7
Empréstimos e financiamentos	(46,0)	272,9	318,9
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	(89,9)	(25,0)	64,9
Pagamento de arrendamento	(96,3)	(100,5)	(4,2)
Ações em tesouraria	(100,5)	-	100,5
Aumento de capital	1.930,9	-	(1.930,9)
Dividendos Pagos	-	(0,5)	(0,5)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	1.594,5	146,9	(1.447,6)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	41,6	(67,9)	(109,5)

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 41,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2019 tínhamos um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$31,6 milhões, em 31 de dezembro de 2020, tínhamos um saldo de R\$73,1 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2020 somavam R\$1.204,6 milhões, totalizava R\$1.277,8 milhões em disponibilidades. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais diminuiu R\$ 36,9 milhões, passando de uma geração de R\$160,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma geração de caixa de R\$123,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu principalmente pelo aumento do contas a receber das aquisições e dos efeitos das renegociações no âmbito do Programa Decola.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$1.676,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e aumentaram R\$1.301,2 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as atividades de financiamento geraram R\$1.594,5 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$ 146,9 milhões no mesmo período de 2019, explicado principalmente pelo aumento de capital através da captação de recursos realizados em 2020.

Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

(Em milhões de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018	Var. 2019 / 2018 (\$)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9,6)	2,3	(11,9)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47,4	46,3	1,1
Atualização (reversão) depósito judicial	(2,6)	(0,6)	(2,0)
Depreciação e amortização	66,3	54,3	12,0
Amortização direito de uso de arrendamento	56,8	-	56,8
Baixa de valor de imobilizado e intangível	3,2	0,8	2,4
Baixa direito de uso de arrendamento	0,9	-	0,9
Equivalência patrimonial	2,5	2,5	0
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	29,5	23,1	6,4
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	3,2	5,9	(2,7)
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	10,6	10,8	(0,2)
Despesas de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	66,5	-	66,5
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,9)	(2,2)	(0,7)
Remuneração baseada em ações	1,0	(0,7)	1,7
Valor justo com derivativos	1,9	3,2	(1,3)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalier	(1,5)	(2,5)	1,0
Imposto de Renda e Contribuição social correntes e diferidos	3,3	1,7	1,6
Geração de Caixa Operacional Bruta	276,5	145,1	131,4
Redução (aumento) de Contas a receber	(84,2)	30,9	(115,1)
Redução (aumento) de Adiantamentos diversos	2,1	5,5	(3, 4)
Redução (aumento) de Depósitos judiciais	(9,1)	(3,6)	(5,5)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	5,0	3,4	1,6
Redução (aumento) de outros ativos	(2,9)	(2,4)	(0,5)
(Redução) aumento de fornecedores	(1,3)	(2,2)	0,9

(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	5,5	14,9	(9,4)
Redução (aumento) de Adiantamento de clientes	0,1	(1,4)	1,5
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições	(0,2)	(0,8)	0,6
(Redução) aumento de títulos a pagar	(1,3)	3,2	(4,5)
Redução (aumento) de Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(7,2)	(6,3)	(0,9)
Redução (aumento) de Outros ativos/passivos	(4,4)	(1,1)	(3,3)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(98,0)	40,2	(138, 2)
Juros pagos	(18,4)	(19, 6)	1, 2
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	160, 1	165,7	(5, 6)
Mútuos com partes relacionadas	0,0	(9,1)	9, 1
Aquisição de controladas liquidas dos caixas adquiridos	(44,6)	(12,7)	(31,9)
Direitos de empréstimos em aquisições futura	(120,2)	-	(120,2)
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio	(29,4)	-	(29,4)
Resgate (aplicação) / Rendimento de aplicações financeiras	(65,1)	(3,9)	(61,2)
Compra de imobilizado e intangível	(115,8)	(113,8)	(2,0)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(375,0)	(139,7)	(235, 3)
Empréstimos e financiamentos	147, 4	92,1	55, 3
Ações em tesouraria	-	(32,3)	32,3
Dividendos Pagos	(0,5)	(20,2)	19,7
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento)	146, 9	39,6	107, 3
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(68,0)	65,6	(133, 6)

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi negativa em R\$68,0 milhões. Começamos o ano de 2019 com um saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$99,5 milhões, e em 31 de dezembro de 2019, tínhamos um saldo de R\$31,6 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2019 somavam R\$151,0 milhões, totalizava R\$182,6 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais variações com relação ao fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais diminuiu R\$5,6 milhões, passando de uma geração de R\$165,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para uma geração de caixa de R\$160,1 milhões exercício findo em 31 de dezembro 2019. A variação se deve principalmente pelo aumento no contas a receber.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$375,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 e aumentaram R\$235,3 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia e aumento dos Direitos em empréstimos em aquisição futura da Unisul.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: Em 31 de dezembro de 2019, as atividades de financiamento geraram R\$146,9 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$39,6 milhões no mesmo período de 2018, explicado principalmente pela captação de recursos realizados em 2019.

Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017	Var. 2018 / 2017 (R\$)
Lucro líquido do exercício	2,3	85,2	(82,9)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46,3	46,2	0,1
Atualização (reversão) depósito judicial	(0,6)	(2,1)	1,5
Depreciação e amortização	54,3	51,3	3,0
Baixa de valor de imobilizado e intangível	0,8	0,4	0,4
Equivalência patrimonial	2,5	0,4	2,1
Despesas com juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento de impostos	23,1	28,5	5,4
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	5,9	7,2	(1,3)
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	10,8	8,3	2,5
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,2)	1,8	(0,4)
Remuneração baseada em ações	(0,7)	0,1	(0,8)
Valor justo com derivativos	3,2	11,6	(8,4)
Baixa de estoque e acervo líquido	0,0	1,2	(1,2)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalor	(2,5)	6,2	3,7
IR e CS correntes e diferidos	1,7	(36,8)	38,5
Geração de Caixa Operacional Bruta	145,1	193,5	(48,4)
Redução (aumento) de Contas a receber	30,9	(1,4)	32,3
Redução (aumento) de Adiantamentos diversos	5,5	7,7	(2,2)
Redução (aumento) de Depósitos judiciais	(3,6)	(13,3)	9,7
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	3,4	0,6	(2,8)
Redução (aumento) de outros ativos	(2,4)	(3,3)	0,9
(Redução) aumento de fornecedores	(2,2)	10,1	(12,3)
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	14,9	7,8	7,1
Redução (aumento) de Adiantamento de clientes	(1,4)	(1,6)	0,2
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições	(0,8)	0,7	1,5
(Redução) aumento de títulos a pagar	3,2	-	3,2
Redução (aumento) de Provisão para riscos	(6,3)	(13,7)	7,4
Redução (aumento) de Outros passivos	(1,1)	3,1	(4,2)
Variação nos ativos e passivos operacionais	40,2	(3,4)	43,6
Juros pagos	(19,6)	(32,8)	13,2
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	165,7	157,3	8,4
Mútuos com partes relacionadas	(9,1)	(0,2)	(8,9)
Aumento de capital em controlada	0,0	(3,1)	3,1
Aquisição de controladas liquidas dos caixas adquiridos	(12,7)	0,0	(12,7)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras	(3,9)	59,9	(63,8)
Investimento de imobilizado e intangível	(113,8)	(73,1)	(40,7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(139,7)	(16,5)	(123,2)
Empréstimos e financiamentos	92,1	(137,2)	229,3
Ações em tesouraria	(32,3)	(4,3)	(28,0)
Dividendos Pagos	(20,2)	(5,0)	(15,2)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	39,6	(146,4)	186,0

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	65,6	(5,7)	71,3
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	33,9	39,6	(5,7)
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	99,5	33,9	65,6

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$65,6 milhões. Começamos o ano de 2018 com um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$33,9 milhões, e terminamos o ano com um saldo de R\$99,5 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2018 somavam R\$85,9 milhões, totalizava R\$185,4 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais variações com relação ao fluxo de caixa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$8,4 milhões, passando de uma geração de R\$157,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para uma geração de caixa de R\$165,7 milhões em 31 de dezembro 2018. A variação se deve principalmente pela variação dos ativos e passivos operacionais que passaram de um valor negativo de R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um valor positivo de R\$40,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente pela diminuição do saldo de contas a receber (em função de antecipação de matrícula e renegociação de contratos).

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$139,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 e aumentaram R\$123,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras decorrente de captação realizada pela Companhia.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: As atividades de financiamento geraram R\$ 39,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 146,4 milhões de aplicações em 31 de dezembro de 2017. Esta variação está relacionada a obtenção de novos empréstimos em 2018.

10.2 - Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultado das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

iii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018, foram realizadas 2 aquisições, e passamos a consolidar os resultados da Faculdade Jangada e da CESUC a partir de agosto de 2018. No mesmo ano, adquirimos os direitos de manutenção da FACED (Faculdade Divinópolis), por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda. Em 2019, por sua vez, adquirimos os direitos de manutenção das instituições Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – Epp, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A; o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (UNISUL), após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato; bem como a aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda (AENA), mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, por meio de sua subsidiária integral VC Network Educação S.A. (VC), também após a aprovação pelo CADE, que ocorreu de forma definitiva em fevereiro de 2020. Em 7 de maio de 2020 a Ânima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 7 de maio de 2020. Em 1 de julho de 2020, a Ânima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 1 de julho de 2020.

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram nossos resultados operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 20,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, explicado pelo crescimento da base de alunos e aumento de ticket líquido e expansão via aquisições. Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 7,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, explicado pelo aumento médio das mensalidades ocorrido no início do ano, além do ganho com o melhor mix dos nossos cursos e expansão da base de alunos na graduação. Além disto vemos um aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Inflação

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2018, 2019 e 2020 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados e neutralizando os efeitos da inflação.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 que pudessem impactar materialmente nossos resultados. O resultado de 2017 e 2018 foi impactado pela abertura de novas unidades acadêmicas e pela revisão dos contratos de aluguel da USJT, unidades Mooca e Butantã, conforme acordado quando de sua aquisição.

Câmbio

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

Taxa de Juros

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$650,7 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

Financiamento a Estudantes

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o Pravalier, em parceria com a empresa de mesmo nome. Além disso, a Ânima lançou em 2015 o AMPLIAR, um canal de atendimento, com espaços dedicados em todas as nossas instituições, focado na assessoria, oferta e suporte completo para contratação das diversas opções de crédito estudantil, privadas ou pública. Com o Ampliar, a Ânima também aumentou as opções de financiamento a seus alunos, incluindo novas modalidades do Pravalier e a garantia educacional, que permite a ele continuar estudando mesmo que fique temporariamente desempregado. Essas iniciativas ajudaram a minimizar o impacto adverso causado em função das alterações no FIES. Para maiores informações sobre o FIES, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve, nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional. Reportamos nossos resultados financeiros segmentados em:

- **Ensino** – que inclui, além do Ensino Superior presencial (graduação e pós-graduação), o Ensino a Distância, o Ensino Básico e o Ensino Técnico.
- **Outros Negócios** – que inclui a nossa vertical de gestão, HSM, e a EBRADI, Escola Brasileira de Direito.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em julho de 2018 a Ânima anunciou a aquisição do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), em Catalão (GO) com aproximadamente 2,5 mil alunos, e da Faculdade Jangada, em Jaraguá do Sul (SC) com aproximadamente 0,7 mil alunos. No mesmo ano, em dezembro, adquirimos os direitos de manutenção da FAGED (Faculdade Divinópolis) uma das principais instituições de ensino superior de Divinópolis (MG), com aproximadamente 0,8 mil alunos matriculados e 5 cursos de graduação, por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda.

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultará na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes, também após a aprovação pelo CADE.

Em maio de 2020, adquirimos 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH, que possui cerca de 1.034 estudantes na cidade de Vespasiano, região metropolitana de Minas Gerais. A Faseh possui um curso de medicina, autorizado em 2003, que atualmente conta com 100 vagas, sendo considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima, ou seja 5, resultados de vistoria do Ministério da Educação realizada em 2018, destacando-se pela intensa utilização de tecnologia e equipamentos de ponta. Além da Medicina, a IES conta com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, estando sua reputação principalmente estabelecida na área da saúde. Para a Ânima Educação, a integração da FASEH representa o fortalecimento da vertical de saúde, Inspirali, somando um curso de Medicina nota máxima do MEC, adicionando também diferencial estratégico na área da saúde e possível expansão do portfólio, como alavanca de valor incremental.

Em julho de 2020, assinamos uma opção de compra, por meio da subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A. ("INSEGNARE") com todos os sócios do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A. que resultará na aquisição do controle da Sociedade, detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG – UniFG. Responsável pela formação de 3.800 alunos, o UniFG desenvolve o ensino, pesquisa e extensão por meio de 25 cursos de Graduação - em áreas do conhecimento como Saúde, em especial Medicina, com 50 vagas anuais autorizadas na sede e um novo curso em fase de aprovação na cidade de Brumado, também com 50 vagas anuais, além dos cursos de Direito e Engenharia, e de Pós-Graduação, incluindo um Mestrado em Direito (o 1º no interior do Norte e Nordeste do País).

C. Eventos ou operações não usuais.

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2018
- Custos e Despesas de Reestruturação	(a)	-24,4	-29,8	-52,2
- Ajuste de Contas a Receber FIES	(b)	-	-	1,2
- Ajuste Provisão para Contingências	(c)	-6,2	-	-3,8
- Descontinuação do GIT	(d)	-	-2,9	-8
- Custo de aquisição AGES / Unicuritiba / Faseh / UniFG	(e)	-3,6	-5,8	-
- Provisão para <i>Impairment</i> HSM	(f)	-61,6	-	-
TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES		-95,7	-38,5	-62,6

(a) Em 2018, enquanto no primeiro semestre os gastos de rescisão de pessoal estavam relacionados à decisão de terceirizar as atividades de limpeza em nossos campi, no segundo semestre do ano os gastos de rescisão estão relacionados ao Projeto Censo e a reestruturação docente em algumas unidades. O Projeto Censo foi executado ao longo do 2S18 para eliminar as redundâncias existentes entre as estruturas corporativas e as unidades, em decorrência do processo de centralização e padronização previamente executados. As aquisições realizadas em julho de 2018, CESUC e Jangada, tiveram despesa de rescisão de pessoal no valor R\$0,4 milhão entre agosto de dezembro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentamos valor de itens não recorrentes em patamares inferiores aos observados no mesmo período em 2018. Dentro dos esforços de gestão que temos promovido em busca de anos adicionais de eficiência, o que implica, em um primeiro momento, em gastos não recorrentes com despesas de reestruturação, no terceiro trimestre de 2019 promovemos a unificação da gestão das nossas marcas na Regional Minas Gerais/Goiás, além da junção de 4 campi (Una Barro Preto, Una Uberlândia, Una Catalão e UniSociesc Jaraguá do Sul), com a redistribuição dos alunos nas mesmas cidades ou regiões.

Em 2020, apresentamos um valor de R\$24,4 milhões referente às reestruturações administrativas das nossas unidades, sendo que foram consumidos em ajustes decorrentes da reestruturação da nova matriz curricular e estruturas administrativas e, também, destinados aos custos decorrentes da união de 4 unidades.

(b) Realizamos um ajuste em nosso Contas a Receber de FIES de R\$7,8 milhões, em função do acordo firmado em fevereiro de 2016 com o Governo, prevendo que as mensalidades de FIES referentes à competência 2015 e ainda não pagas, sejam quitadas nos próximos 3 anos, sendo 25% do saldo até junho de 2016, 25% até junho de 2017, e os 50% remanescentes até junho de 2018. O acordo estabelece, ainda, que os saldos a receber sejam corrigidos pela inflação (IPCA). Desta forma, realizamos um ajuste em nosso Contas a Receber de FIES refletindo o spread entre a taxa de juros base (SELIC) e a inflação (IPCA). Seguindo recomendação de nossos auditores externos, este ajuste impactou negativamente nossa receita operacional bruta de 2015. Em 2017 e 2018, excluímos o impacto positivo deste ajuste, que representou uma receita de R\$3,0 milhões e R\$1,2 milhão, respectivamente, também sem efeito em caixa.

(c) Em 2018 tivemos uma provisão para contingência no valor de R\$3,8 milhões relacionada a um processo judicial de um distrado de aquisição de imóvel junto a um terceiro, anterior a aquisição da UNA (2003). Em 2020 tivemos provisão referente a processos antigos, relacionados a disputas judiciais a entrega de unidades físicas da UNA.

(d) No início de 2018 decidimos simplificar as atividades desempenhadas pelo GIT, descontinuando os setores de ferramentaria e análise laboratorial, e transferir as atividades remanescentes, de consultoria e fundição, para o Instituto Ânima. Dessa forma, o GIT deixa de ser consolidado em nossos resultados e reduzimos suas respectivas estruturas de gestão. Os contratos ainda em vigor destas áreas, além dos gastos com demissão de funcionários, geraram uma receita de R\$8,1 milhões e um resultado operacional negativo de R\$8,0 milhões em 2018, e de R\$ 2,9 em 2019 que estamos excluindo de nossos resultados gerenciais.

(e) Em 2019 tivemos gastos em função da aquisição da controlada AGES. Em 2020, gastos em função das integrações de nossas unidades Unicuritiba, Faseh e UniFG.

(f) Em 2020, tendo em vista a elevada incerteza e baixa visibilidade sobre quais serão os impactos no setor de eventos de educação corporativa, em razão da pandemia do COVID-19, revisitamos as nossas projeções de resultados para a hsm e atualizamos o teste de impairment para essa unidade de negócios, com a revisão de cada uma de suas atividades, e ajuste das estimativas e premissas anteriores, adequando-as ao maior nível de risco atual. Como resultado do estudo atualizado, optamos por efetuar o registro de R\$61,6 milhões como perda por *impairment* que será considerada como uma despesa não recorrente no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve alteração de prática contábil relativa à amortização da propriedade de marcas, conforme previsto pelo CPC 23: *Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro*. Esta alteração reflete o entendimento da Administração de que as marcas precisam de manutenção constante para garantir seu perfil e posicionamento perante o mercado e seu valor perante a concorrência. Por este motivo, a Companhia e suas controladas passaram a adotar, a partir de 01 de janeiro de 2020, o critério que estabelece que a vida útil estimada para suas marcas é de 30 anos, sendo que a data de vencimento das marcas era antes considerada como indefinida.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS-16 / CPC-06 (R2), aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a mudança da prática contábil relativa à amortização das marcas da Companhia, nos moldes do CPC 23, resultou em um impacto negativo no resultado do período de R\$ 4,9 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS-16 / CPC-06 (R2) que foi aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta norma possui o objetivo de unificar o modelo de contabilização dos arrendamentos, onde os arrendatários reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento que apresente as características que estão ao alcance da norma.

A Sociedade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Esta abordagem não impacta em lucros acumulados, cálculo de dividendos e patrimônio líquido na data da adoção inicial uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Sociedade e suas controladas adotaram taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de utilização do ativo.

Os impactos trazidos pela adoção do IFRS-16 para 31 de dezembro de 2019 foram: a) aumento no endividamento de R\$ 555,3 milhões; b) aumento no imobilizado de R\$ 531,5 milhões; c) impacto negativo no resultado do período de R\$ 124,2 milhões, composto por baixa, amortização e despesa financeira.

Não houve efeitos por alteração de prática contábil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("Práticas Contábeis adotadas no Brasil") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* ou "IFRS"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas, e que requerem a realização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a sua aplicação, são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e de forma uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

- Provisão para perdas estimadas em crédito – a provisão para perdas estimadas é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização dos créditos.
- Recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para a sua compensação, e são calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para

contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Sociedade avalia a realização dos créditos diferidos com base em projeções de resultado que são afetadas por premissas que podem sofrer alterações significativas.

- Prazos e Taxa de arrendamentos – A Companhia utiliza taxa livre de risco em termos nominais de longo prazo e também o *spread* de quanto a Companhia pagaria em dívidas semelhantes na mesma região de onde o ativo está localizado e no mesmo prazo de utilização do ativo.
- Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos Intangíveis e Tangíveis –

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, no fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade*

mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nossos investimentos totalizaram R\$ 120,5 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nossos investimentos totalizaram R\$115,7 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos campi, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital. Esperamos também crescer via aquisições.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2017, 2018 e 2019, bem como exercício corrente, não fizemos desinvestimentos relevantes e também não temos desinvestimentos previstos, dado o crescimento da nossa base de alunos e abertura de novas unidades acadêmicas.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em julho de 2018 a Ânima anunciou a aquisição do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), em Catalão (GO), então com aproximadamente 2,5 mil alunos, e da Faculdade Jangada, em Jaraguá do Sul (SC), então com aproximadamente 0,7 mil alunos. No mesmo ano, em dezembro, adquirimos os direitos de manutença da FAGED (Faculdade Divinópolis) uma das principais instituições de ensino superior de Divinópolis (MG), então com aproximadamente 0,8 mil alunos matriculados e 5 cursos de graduação, por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda.

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutença das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contavam, à época, com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutença de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutença sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultou na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes.

Em 7 de maio de 2020 a Ânima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh. Como a transação não tem condições suspensivas, passará a ser consolidada a partir de 7 de maio de 2020.

Em 1 de julho de 2020, a Ânima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutença do Centro Universitário FG. Como a transação não tem condições suspensivas, passará a ser consolidada a partir de 1 de julho de 2020.

Nossos Diretores acreditam que as aquisições mencionadas continuarão a influenciar positiva e materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Além dos fatores mencionados no item 10.8 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre a Companhia

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo vêm adotando várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas possa ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais têm lançado mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica que já se apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil continuam sendo publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declara o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que segue em vigor. Os governos estaduais e municipais também têm mantido diversas normas que buscam restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impacto nas informações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade e suas controladas avaliaram o cenário perante a disseminação do surto de COVID-19 e adotamos os seguintes posicionamentos sobre os assuntos abaixo:

- Reconhecimento de receita: Não tivemos impacto em nosso reconhecimento de receita, uma vez que nossos alunos estão tendo aulas normalmente através de nossas tecnologias digitais;
- Arrendamento financeiro: Realizamos algumas negociações junto aos nossos parceiros, envolvendo descontos e ou redução nos valores de nossos espaços locados. Para 31 de dezembro de 2020, já refletimos em nossas demonstrações financeiras os valores dos descontos obtidos;
- Risco de crédito (contas a receber de alunos): Conforme informado no item anterior fizemos um seguro para cobrir eventuais riscos de pagamento das mensalidades por parte dos alunos e também conseguimos junto ao nosso parceiro PraValer, a flexibilização das regras para obtenção de financiamento, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos de inadimplência por parte dos alunos.
- Perdas esperadas no contas a receber: Para 31 de dezembro de 2020, já fizemos um incremento no reconhecimento para fins de perdas esperadas com créditos com alunos. Como divulgamos acima, implementamos medidas preventivas na busca de reverter parte do impacto da PDD nos nossos resultados e buscando equilibrar retenção e sustentabilidade, de forma a possibilitar a continuidade dos estudos para o maior número de estudantes. Embora o conjunto desses esforços esteja nos trazendo sinais positivos referentes à rematrícula, a inadimplência continua sendo motivo de cuidado, dada a incerteza do ambiente macroeconômico, o que exige de nós atenção redobrada, além da continuidade e intensificação das iniciativas citadas acima;

- Redução ao valor recuperável de ativos: Atualizamos o teste de impairment para a nossa UGC HSM, que é a UGC com possibilidade de impacto em suas operações por ter como atividade operacional principal eventos e cursos In Company os quais são naturalmente impactados pelo isolamento social. Para atualização do modelo, revisamos o cenário atual para cada uma das suas atividades ofertadas por esta UGC, revendo estimativas e premissas. Diante do estudo atualizado a Sociedade optou por efetuar o registro como de R\$ 61.556 como perda por impairment, na data-base de 31 de março de 2020 e que reflete também em 31 de dezembro de 2020.

Informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas

A Companhia preparou balanço patrimonial e demonstrações do resultado consolidadas pro forma com as informações financeiras consolidadas não auditadas, considerando os efeitos da aquisição da Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. e suas controladas (em conjunto, "Laureate"), bem como, de forma concomitante, a alienação da Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda. ("FMU"), a alienação ou transferência de imóveis não operacionais e a obtenção de financiamento por meio de emissão das debêntures visando a obtenção dos recursos necessários à consecução da aquisição da Laureate, como se os mesmos tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

Combinação de negócios

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato ("Transaction Agreement") para aquisição, através de sua controlada VC Network Educação S.A. ("VC Network"), da Laureate. O Transaction Agreement prevê um preço, no fechamento de R\$4.400.000, sendo R\$3.777.000 a serem pagos em dinheiro e R\$623.000 de dívidas dos ativos a serem assumidas pela Companhia.

Sujeito à aprovação do CADE, a qual estava pendente na data deste Formulário de Referência, a Aquisição contempla, ainda, o pagamento de até R\$203 milhões adicionais ao Grupo Laureate a título de *earn-out* por vagas de medicina da UAM pendentes de aprovação perante o MEC nos 18 (dezoito) meses após a data de assinatura do Transaction Agreement, a serem pagos no prazo de um ano a contar de cada autorização do MEC para as referidas vagas. Por fim, Aquisição contempla a assunção do pagamento da multa à Ser pelo Go-Shop, a ser pago pela Companhia, no valor de R\$180 milhões. Em 04 de novembro de 2020, o referido pagamento no valor de R\$180 milhões foi realizado.

Paralelamente à Aquisição, celebramos em 06 de outubro de 2020, contratos definitivos com a MAFF Holding LLC ("Farallon") por meio da qual esta assumiu obrigação de adquirir junto a nós, ato simultâneo ao fechamento da Aquisição, a totalidade do capital social da FMU, mediante pagamento à vista, no montante de R\$500 milhões.

Reestruturação

1. Rescisão de acordos intercompany

O *Transaction Agreement* prevê a rescisão de quaisquer acordos *intercompany* ("*Termination of Intercompany Arrangements*"). Dessa forma, há previsão contratual para que: (i) todos os contratos *intercompany* e todas as transações e contas entre a Laureate Education, Inc. ou qualquer de suas afiliadas (exceto qualquer controlada direta ou indireta da Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. ("Empresa do Grupo"), por um lado, e qualquer Empresa do Grupo, por outro lado, sejam encerrados antes ao Fechamento; (ii) que todas as responsabilidades decorrentes de tais contratos *intercompany*, transações e contas a serem liquidadas ou satisfeitas antes do Fechamento, sem qualquer penalidade, responsabilidade adicional ou consequência adversa para qualquer uma das Empresas do Grupo de e após o Fechamento desde que quaisquer contratos *intercompany* relativos a dívidas entre a Laureate Education, Inc. e/ou qualquer uma de suas afiliadas (exceto qualquer Empresa do Grupo), por um lado, e qualquer Empresa do Grupo, por outro lado, que estejam pendentes imediatamente antes do fechamento seja liquidado por meio de capitalização no patrimônio líquido.

Dessa forma, tais acordos intercompany contemplam empréstimos a pagar a Iniciativas Culturales de Espana, S.L. ("ICE") no montante de R\$2.234.198 mil em 30 de setembro de 2020 e Education Trademark B.V. ("Education Trademark") no montante de R\$415.203 mil em 30 de setembro de 2020.

2. Alienação ou transferência de imóveis não operacionais

O *Transaction Agreement* prevê ainda que, no caso da Laureate Education, Inc., não vender ou de outra forma transferir antes do fechamento determinados imóveis não operacionais, então a VC Network e a Companhia deverão, às custas da Laureate Education, Inc. e de acordo com suas solicitações, emendar seus esforços comercialmente razoáveis para vender tais propriedades por meio de vendas organizadas ou leilões e pagar o produto de tais vendas (líquido de quaisquer impostos, comissões, custos e despesas pagas ou incorridos, em cada caso, em relação a isso) para a Laureate Education, Inc. como um ajuste à contraprestação em dinheiro. As disposições sobre retenções de impostos contidas no *Transaction Agreement* serão aplicadas *mutatis mutandis* ao imposto de renda sobre ganho de capital, se houver, que deverá ser retido sobre tal valor de ajuste.

Esses imóveis supracitados possuíam valor residual de R\$63.445 mil em 30 de setembro de 2020.

Financiamento à aquisição

Para a obtenção dos recursos necessários à consecução da transação acima, em 28 de outubro de 2020 a Companhia celebrou Carta de Compromisso ("*Commitment Letter*") com determinadas instituições financeiras para atuarem como coordenadores de uma emissão de debêntures não conversíveis no valor de R\$ 3.800.000 mil a serem emitidas em regime de garantia firme, de acordo com a Instrução CVM nº 476. O período de compromisso é de até doze meses a partir da data de sua assinatura, o qual será prorrogado de comum acordo, de forma que o compromisso de financiamento esteja disponível até a data de fechamento definida no *Transaction Agreement*.

OS QUADROS ABAIXO APRESENTAM UM SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA ELABORADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA ÂNIMA, E DEVEM SER LIDOS EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA DA ÂNIMA EM SEU FORMADO COMPLETO, APRESENTADAS E DISPONIBILIZADAS EM NOSSO SITE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (RI.ANIMAEDUCACAO.COM.BR), BEM COMO NOS SITES DA CVM E DA B3.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO PRO FORMA (NÃO AUDITADO)

Em 30 de Setembro de 2020
(em milhares de reais)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
ATIVOS							
ATIVOS CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	84.332	209.244	477.875	-	(3.957.000)	3.724.000	538.451
Aplicações financeiras	705.427	-	-	-	-	-	705.427
Contas a receber	318.364	293.474	(63.835)	-	-	-	548.003
Contas a receber com partes relacionadas	-	5.082	(322)	-	-	-	4.760
Adiantamentos diversos	12.904	5.470	(625)	-	-	-	17.749
Impostos e contribuições a recuperar	4.815	50.814	(6.272)	-	-	-	49.357
Direitos a receber por aquisições	173.365	36.023	(35.140)	-	-	-	174.248
Outros ativos circulantes	10.193	17.188	(4.634)	-	-	-	22.747
Total do ativo circulante	1.309.400	617.295	367.047	-	(3.957.000)	3.724.000	2.060.742
ATIVOS NÃO CIRCULANTES							
Contas a receber	35.056	2.275	-	-	-	-	37.331
Impostos e contribuições a recuperar	14.855	26.164	(25.194)	-	-	-	15.825
Créditos com partes relacionadas	10.571	1.460	23.367	-	-	-	35.398
Direitos a receber por aquisições	113.367	303.796	(259.850)	-	-	-	157.313
Depósitos judiciais	62.804	29.882	(1.188)	-	-	-	91.498
IR e CS diferidos	1.514	164.235	(12.938)	-	-	-	152.811
Ativos mantidos para venda	-	2.365	-	-	-	-	2.365
Outros ativos não circulantes	4.996	15.655	(1.670)	-	-	-	18.981
Investimentos	49	-	-	-	-	-	49
Direito de uso de arrendamentos	604.232	-	-	-	-	-	604.232
Imobilizado	372.812	1.394.844	(293.921)	(63.445)	21.130	-	1.431.420
Intangível	1.172.947	1.374.436	(899.125)	-	3.137.687	-	4.785.945
Total dos ativos não circulantes	2.393.203	3.315.112	(1.470.519)	(63.445)	3.158.817	-	7.333.168
TOTAL DOS ATIVOS	3.702.603	3.932.407	(1.103.472)	(63.445)	(798.183)	3.724.000	9.393.910
PASSIVOS							
PASSIVOS CIRCULANTES							
Fornecedores	43.080	112.409	(47.423)	-	-	-	108.066
Contas a pagar com partes relacionadas	-	241.539	-	(240.625)	-	-	914
Empréstimos, financiamentos e debêntures	87.914	341.518	(52.471)	-	-	631.207	1.008.168
Arrendamento a pagar	35.724	125.316	(27.604)	-	-	-	133.436
Obrigações sociais e salariais	142.704	163.811	(22.952)	-	-	-	283.563
Obrigações tributárias	27.629	26.155	(1.763)	-	-	-	52.021
Adiantamentos de clientes	28.096	93.527	(16.056)	-	-	-	105.567
Títulos a pagar	64.622	43.327	-	-	-	-	107.949
Parcelamento de impostos e contribuições	6.414	10.394	(10.394)	-	-	-	6.414
Derivativos	127	-	-	-	-	-	127
Outros passivos circulantes	6.361	25.150	(8.639)	-	-	-	22.872
Total dos passivos circulantes	442.671	1.183.146	(187.302)	(240.625)	-	631.207	1.829.097
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	587.995	223.325	-	-	-	3.769.500	4.580.820
Arrendamentos a pagar	617.652	684.552	(192.268)	-	-	-	1.109.936
Adiantamentos de clientes	7.775	-	-	-	-	-	7.775
Débitos com partes relacionadas	84	2.408.776	-	(2.408.776)	-	-	84
Derivativos	890	-	-	-	-	-	890
Títulos a pagar	169.153	536	-	-	101.500	-	271.189
Parcelamento de impostos e contribuições	30.721	33.257	(33.257)	-	-	-	30.721
IR e CS diferidos	74.117	90.116	(99.856)	-	338.602	-	402.979
Provisão para perdas em investimento	2.292	-	-	-	-	-	2.292
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	104.538	289.536	(169.734)	-	465.914	-	690.254
Outros passivos não circulantes	2.180	24.239	-	-	-	-	26.419
Total dos passivos não circulantes	1.597.397	3.754.337	(495.115)	(2.408.776)	906.016	3.769.500	7.123.359
TOTAL DOS PASSIVOS	2.040.068	4.937.483	(682.417)	(2.649.401)	906.016	4.400.707	8.952.456
PATRIMONIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)							
Capital social integralizado	1.651.625	1.673.076	-	1.801.051	(3.474.127)	-	1.651.625
Gastos com emissão de ações	(79.382)	-	-	-	-	-	(79.382)
Ágio em transação de capital	(69.566)	(359.702)	-	-	359.702	-	(69.566)
Reserva de capital	34.844	-	-	-	-	-	34.844
Reservas de lucros	165.515	-	-	-	-	-	165.515
Ações em tesouraria	(38.206)	-	-	-	-	-	(38.206)
Prejuízos acumulados	(8.004)	(2.318.450)	(421.055)	784.905	1.410.225	(676.707)	(1.229.086)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.656.826	(1.005.076)	(421.055)	2.585.956	(1.704.200)	(676.707)	435.744
Participação dos acionistas não controladores	5.709	-	-	-	-	-	5.709
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) E PASSIVOS	3.702.603	3.932.407	(1.103.472)	(63.445)	(798.184)	3.724.000	9.393.909

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO *PRO FORMA* (NÃO AUDITADO)

Período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2020
(em milhares de reais)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
RECEITA LÍQUIDA	1.046.063	1.487.114	(276.212)	-	-	-	2.256.965
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(497.134)	(504.907)	106.654	-	-	-	(895.387)
LUCRO BRUTO	548.929	982.207	(169.558)	-	-	-	1.361.578
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais, administrativas e comerciais	(352.324)	(824.054)	142.527	-	(83.140)	-	(1.116.991)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.039)	-	-	-	-	-	(3.039)
Outras (despesas) receitas operacionais	(89.606)	(187.432)	176.439	-	-	-	(100.599)
	(444.969)	(1.011.486)	318.966	-	(83.140)	-	(1.220.629)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	103.960	(29.279)	149.408	-	(83.140)	-	140.949
Resultado financeiro	(108.558)	(892.131)	55.325	687.612	-	(251.389)	(509.141)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(4.598)	(921.410)	204.733	687.612	(83.140)	(251.389)	(368.192)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(2.954)	49.086	(29.519)	-	28.268	-	44.881
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(7.552)	(872.324)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(323.312)
Operações descontinuadas	-	21.375	-	-	-	-	21.375
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(7.552)	(850.949)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(301.937)
PREJUÍZO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL À							
Proprietários da controladora	(8.004)	(850.949)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(302.389)
Participação de não controladores	452	-	-	-	-	-	452
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,08)						(2,93)
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,08)						(2,91)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
RECEITA LÍQUIDA	1.181.499	2.181.510	(443.710)	-	-	-	2.919.299
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(671.584)	(819.560)	177.777	-	-	-	(1.313.367)
LUCRO BRUTO	509.915	1.361.950	(265.933)	-	-	-	1.605.932
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais, administrativas e comerciais	(391.881)	(1.189.446)	236.650	-	(103.708)	-	(1.448.385)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.463)	-	-	-	-	-	(2.463)
Outras (despesas) receitas operacionais	4.399	4.063	1.310	-	-	-	9.772
	(389.945)	(1.185.383)	237.960	-	(103.708)	-	(1.441.076)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	119.970	176.567	(27.973)	-	(103.708)	-	164.856
Resultado financeiro	(126.292)	(373.912)	46.959	160.738	-	(425.318)	(717.825)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(6.322)	(197.345)	18.986	160.738	(103.708)	(425.318)	(552.969)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(3.271)	55.155	(5.925)	-	35.261	-	81.220
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(9.593)	(142.190)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(471.749)
Operações descontinuadas	-	49.867	-	-	-	-	49.867
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.593)	(92.323)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(421.882)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À							
Proprietários da controladora	(9.593)	(92.323)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(421.882)
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,12)						(5,41)
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,12)						(5,36)

ANEXO 1.2. Parecer dos Auditores Independentes (Art. 9, inciso IV, Instrução CVM nº 481/09)

www.pwc.com.br

Ânima Holding S.A.

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente*





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ânima Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ânima Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ânima Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ânima Holding S.A. e da Ânima Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers, Rua dos Inconfidentes 911, 17º e 18º, Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128, Caixa Postal 289,
T: +55 (31) 3269 1500, www.pwc.com.br

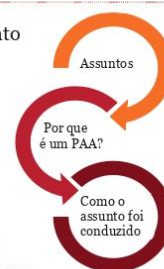


Ânima Holding S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria refletem a evolução dos negócios e mantiveram-se alinhados àqueles do exercício anterior para os principais componentes das demonstrações financeiras.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para perdas esperadas em créditos (Nota explicativa 7)</p> <p>A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução do valor recuperável de suas operações. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas esperadas em créditos, no montante de R\$ 186.124 mil (consolidado), representa 32,9% do saldo de contas a receber nesta mesma data.</p> <p>A determinação da provisão foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância do valor das contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2020 e ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento com os responsáveis da administração acerca dos principais critérios e controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, que tem como base a análise do contas a receber em aberto por faixas de vencimento (<i>aging list</i>).</p> <p>Realizamos testes, em base amostrais, de conferência da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como, recalculamos, com base nas premissas da administração, estimativa para perdas ao final do exercício social.</p> <p>Adicionalmente, testamos as premissas da administração, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período. Essas análises levaram em conta ainda os efeitos sobre a evasão de alunos e a inadimplência resultantes dos efeitos econômicos da pandemia do Covid-19.</p>



Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para perdas sobre critérios de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível de vida útil indefinida e definida (Nota explicativa 15)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida pertencentes a unidades geradoras de caixa de seu segmento de ensino para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano; e ativo de marca com vida útil definida pertencente a unidade geradora de caixa de seu segmento de outros negócios com indicador de impairment. Esses ativos intangíveis de vida útil indefinida decorrem substancialmente de combinações de negócios realizadas e totalizam R\$ 1.011.939 mil (consolidado), sendo R\$ 816.060 mil registrados como ágio e R\$ 195.879 mil referentes a licenças. O ativo de marca também decorre de combinação de negócio realizada e totaliza R\$ 20.931 mil (consolidado).

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados e fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Realizamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Avaliamos a definição pela administração das unidades geradoras de caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa ou de receita (conforme aplicável), bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções (taxa de crescimento de número de alunos, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos a análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos a leitura das divulgações.

Obtivemos ainda o entendimento de como os efeitos econômicos resultantes da pandemia do Covid-19 impactaram a performance dos negócios e os seus eventuais reflexos nas projeções.



Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Provisão para demandas judiciais (Nota explicativa 22)

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões. Para selecionadas causas mais significativas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o apoio de nossos especialistas, sobretudo as de natureza tributária. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.

Contratos de arrendamento (Nota explicativa 14)

Na condução de seus negócios, a Companhia utiliza ativos de terceiros cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento os quais, segundo o pronunciamento contábil de arrendamento (IFRS 16/CPC (R2)), resultam no registro contábil de um passivo de arrendamento e de um correspondente direito de uso do ativo.

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) a avaliação dos procedimentos e critérios adotados pela administração no levantamento dos contratos de arrendamento, visando segregá-los entre os que contêm elementos de arrendamento e os que correspondem a uma prestação de serviço; (ii) o entendimento e teste dos procedimentos



Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas, nos montantes de R\$ 666.579 mil e R\$ 608.708 mil, respectivamente, os quais envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos).

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

aplicados pela administração para a categorização dos contratos de arrendamento e para a segregação dos contratos que se encontram no escopo das isenções previstas no pronunciamento CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases).

Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, nossos procedimentos compreenderam: (i) avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos prazos contratuais, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa incremental de desconto utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) recálculo, em bases amostrais, de contratos selecionados, para verificar o valor do passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso reconhecidos; (iv) leitura e entendimento das divulgações em notas explicativas.

Avaliamos também a aplicação do expediente prático previsto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases) relativamente às concessões de benefícios em contratos de arrendamento que ocorrerem como consequência da pandemia do Covid-19.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração no reconhecimento dos contratos de arrendamento são razoáveis e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações



Ânima Holding S.A.

financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto



Ânima Holding S.A.

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais



Ânima Holding S.A.

relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

ANEXO 1.3. Parecer do Conselho Fiscal (Art. 9, inciso V, Instrução CVM nº 481/09)



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 16 de março de 2021, às 18:00 horas, por videoconferência.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 2º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, por estar presente a totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia: Carla Alessandra Trematore, Guillermo Oscar Braunbeck e Sandra Carusi Guida de Souza.

MESA: Carla Alessandra Trematore – Presidente.
João Batista Pacheco Antunes de Carvalho – Secretário.

ORDEM DO DIA:

1- Examinar e discutir acerca das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;

2- Opinar, na forma do art. 163, III da Lei de S.A., sobre a proposta da Administração a ser submetida à assembleia geral, relativa ao orçamento de capital e distribuição de dividendos, e emitir o parecer do Conselho Fiscal.

DELIBERAÇÕES:

Analizadas: (i) a versão final das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers, emitido em 16 de março de 2021, sem ressalvas, e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, recebidas previamente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia; e (ii) a proposta da Administração a ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas, relativa ao orçamento de capital e distribuição de dividendos, o Conselho Fiscal da Ânima Holding S.A. emitiu seu parecer nos seguintes termos:

“PARECER DO CONSELHO FISCAL”

“O Conselho Fiscal da **Ânima Holding S.A. (“Companhia”)**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: i) as Demonstrações Financeiras Individuais



Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; ii) a Proposta de Não Distribuição de Dividendos, considerando que não houve apuração de lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; e iii) a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2021. Com base nos exames efetuados, e considerando ainda o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 16 de março de 2021, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos e propostas estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.”

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, devidamente aprovada pelos Conselheiros presentes, que constituem a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da original que se encontra arquivada na sede social da Companhia.

São Paulo, 16 de março de 2021.

Carla Alessandra Trematore
Presidente

João Batista Pacheco Antunes de Carvalho
Secretário do Conselho Fiscal

(2ª página da ata de Reunião do Conselho Fiscal de 16 de março de 2021, às 18:00 horas da ANIMA HOLDING S.A.)

Ânima Holding S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 09.288.252/0001-32

NIRE 35300350430

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Ânima Holding S.A.** (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: i) as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; ii) a Proposta de Não Distribuição de Dividendos, considerando que não houve apuração de lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; e iii) a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2021. Com base nos exames efetuados, e considerando ainda o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 16 de março de 2021, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos e propostas estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 16 de março de 2021.



Carla Alessandra Trematore
Presidente do Conselho Fiscal


Sandra Carusi Guida (Mar 17, 2021 14:48 ADT)

Sandra Carusi Guida de Souza
Conselheira



Guillermo Oscar Braunbeck
Conselheiro

ANEXO 2 – Justificativa, fontes e aplicações – Orçamento de capital 2021

O presente Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da lei nº 6404, visa o planejamento das fontes e das aplicações de recursos financeiros para fazer frente às necessidades de capital da Sociedade ao longo do exercício de 2021, cujo valor proposto é de R\$ 105.616.000,00 (Cento e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil reais). Será submetido à aprovação da Assembleia Geral e tem a seguinte destinação e origem de recursos:

Aplicação de Capital Prevista:

Reserva para pagamento de partes dos Empréstimos e Financiamentos de curto prazo 105.616.000,00

Fontes de Recursos Previstas:

- Os lucros retidos no montante de R\$ 105.616.000,00 (Cento e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil reais), sendo:

Absorção do prejuízo do exercício	(41.108.000,00)
Retenção de lucros de exercícios anteriores	214.146.000,00
Dividendos prescritos/complemento de anos anteriores	(3.000,00)
(-) Cancelamento de ações ordinárias	(67.419.000,00)
	<u>105.616.000,00</u>

Prazo: até 1 ano

**ANEXO 3 – Proposta de destinação do lucro líquido – Anexo 9-1-II da Instrução
CVM nº 481/09 (art. 9, §1º, II, ICVM 481)**

1. Informar o lucro líquido do exercício:

O resultado contábil do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de prejuízo de R\$ 41.109.545,08 (quarenta e um milhões, cento e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Em virtude do prejuízo apurado, não há dividendos a serem distribuídos.
Não foram antecipados dividendos, nem foram pagos juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Não houve apuração de lucro no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não se aplica

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Até a presente data não foram declarados dividendos e não houve distribuição de juros sobre capital próprio

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não há dividendos a serem distribuídos.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não serão declarados dividendos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores;

Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia possui somente ações ordinárias, e apresentou os seguintes resultados nos últimos três exercícios.

	2018(R\$)	2019(R\$)	2020(R\$)
Lucro Líquido Contábil	2.251.285,17	()	()
Lucro por Ação	0,0290	0,0	0,0

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em nenhum dos três últimos exercícios houve distribuição dos juros sobre capital próprio. Nos anos em que a Companhia apresentou lucro, após diminuição da reserva legal, os dividendos foram calculados sobre o percentual de 25% do lucro.

	2018	2019	2020
Dividendos	534.680,22	0,00	0,00
Dividendos por Ação	0,0068	0,00	0,00

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não foi apurado lucro, portanto não houve destinação à reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não se aplica.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme descrito no artigo 27, parágrafos IV e V do estatuto social da Companhia, o dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido da importância destinada à constituição da Reserva Legal; e da importância destinada à formação da Reserva para Contingências, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não há dividendos a serem pagos.

c. Informar o montante eventualmente retido

Até a presente data, não houve dividendo retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não há retenção do dividendo obrigatório

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não há

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não há

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não há

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não há

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não há

ANEXO 4 – Item 13 do Formulário de Referência (Art. 12, Instrução CVM nº 481/09)

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

Nossa política de remuneração para administradores, incluindo os membros da Diretoria estatutária e não estatutária, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de outubro de 2019, visa: (i) atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos administradores da Companhia aos princípios e aos objetivos estratégicos da Companhia e com as melhores práticas de remuneração adotadas pelo mercado, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo; (iii) prover um equilíbrio adequado entre as remunerações fixa e variável, de curto e de longo prazo, conforme a cultura da Companhia; (iv) definir um programa de remuneração claro e transparente.

b. Composição da remuneração

b.i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

(a) Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixa e será paga em 12 (doze) parcelas mensais, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração receberão remuneração adicional mensal quando participarem como membros em mais de um comitê.

Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus a remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

O valor das remunerações e os reajustes serão recomendados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Pessoas, alinhados às práticas de mercado.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento serão beneficiários do seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O - "Directors and Officers" e/ou "Comfort Letter"), compulsoriamente incluídos na apólice, cujo custo será inteiramente assumido pela Companhia.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser distinta da dos demais membros em função do cargo exercido, uma vez em que o Presidente possui obrigações e deveres próprios, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Dentre tais funções, pode-se destacar a de representação do Conselho de Administração nas Assembleias Gerais da Companhia, bem como a presidência das mesas das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando e se instalado, fazem jus a uma remuneração fixa mensal que deverá obedecer aos preceitos do artigo 162, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, que prescreve que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal deve ser equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média mensal de cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal receberão remuneração conforme sejam pontualmente acionados para substituição dos membros efetivos em reuniões.

(c) Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

A remuneração dos Diretores Estatutários será fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

A remuneração dos Diretores não estatutários observará os planos de cargos e salários da Companhia e seus respectivos contratos de trabalho.

A estrutura de remuneração dos Diretores poderá ser composta por uma parcela fixa e outra variável, bem como benefícios e incentivos de curto e longo prazo, sempre baseada nos padrões de mercado e nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia.

(c).I Remuneração Fixa

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer compensação direta aos diretores da Companhia pelos serviços prestados e reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, demanda de tempo, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento do executivo.

Adicionalmente, a Companhia concede a seus diretores um pacote de benefícios compatível com suas funções, respeitados os parâmetros de mercado e regiões de atuação. Itens comumente abrangidos por esse pacote incluem: plano de saúde e odontológico, plano de previdência complementar, seguro de vida e ticket refeição, entre outros.

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, a aprovação da respectiva política, estratégia ou orçamento, sempre que cabível.

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

(c).II Remuneração Variável

A remuneração variável concedida pela Companhia, que tem beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, tem por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, podendo ser composta por Incentivos de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), e por quaisquer outras remunerações extraordinárias que venham a ser concedidas, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Qualquer remuneração baseada em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou Plano Stock Purchase, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia, as avaliações de desempenho individuais e o grau de criticidade das funções ocupadas.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável foi revisto em 2019.

São elegíveis ao programa executivos e gestores da Companhia: presidente, vice-presidentes, diretores, gerentes e outras pessoas chaves para a entrega do resultado da companhia e que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. O programa é dividido em incentivos de curto e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de um percentual da meta de EBITDA consolidado Ânima e atrelado a um Contrato de Performance Individual; além de possibilidade do incentivo de longo prazo em ações ordinárias da Companhia. O percentual de atingimento da meta de EBITDA determina o valor do *pool* de bônus que será distribuído.

Há ainda um plano de Outorga de Ações ("Stock Purchase Plan") por meio do qual o grupo de pessoas ali elegíveis farão jus a um Bônus, em dinheiro, com natureza jurídica de prêmio eventual e poderão, voluntária e espontaneamente, adquirir um lote determinado de ações da tesouraria da Companhia, à valor de custo, e dentro de um período determinado e, ainda, em contrapartida, manter inalienáveis de 50% a 75% das ações adquiridas durante um período determinado, tudo conforme regras do referido plano.

Em caso de superação da meta EBITDA, o valor de remuneração variável individual poderá ser de até o dobro do valor inicialmente previsto.

Anualmente, a Diretoria e o Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, promoverão a correta apuração e acompanhamento dos planos e programas, bem como a definição de propostas para o ano subsequente e propostas de revisão necessárias, inclusive aquelas a serem encaminhadas à Assembleia Geral.

(d) Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas; Comitê Acadêmico e Comitê de Transformação Digital:

Com exceção do membro especialista na área contábil-societária do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, que recebe remuneração mensal fixa, no patamar de mercado para companhias de mesmo porte, os demais membros dos nossos Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas; Comitê Acadêmico e Comitê de Transformação Digital não recebem qualquer remuneração para exercer suas atividades.

b.ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

Os membros do nosso Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa e não possuem qualquer outro benefício, nem bonificação ou qualquer tipo de remuneração variável.

A proporção de cada elemento da remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária pode variar e ocorreu, em relação aos três últimos exercícios, da seguinte forma:

Ano	2019	2018	2017
Remuneração fixa	45,52%	78,83%	94,33%
Remuneração variável	0%	0%	0%
Benefícios	56,48%	21,17%	5,67%

b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Nossa política de remuneração fixa visa a estimular o alinhamento dos nossos objetivos, a produtividade e a eficiência dos membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária, bem como a manter a competitividade no mercado em que atuamos.

A revisão dos salários-base dos diretores levará em consideração o desempenho do executivo em questão, sua posição na faixa e seu potencial de evolução, respeitados os seguintes parâmetros: (i) práticas de mercado; (ii) desempenho individual com base em sistema de avaliação adotado pela Companhia; (iii) experiência e maturidade; e (iv) outros fatores, tais como executivos com alto potencial para sucessão, riscos de retenção, habilidades e competências específicas escassas no mercado.

Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia, as avaliações de desempenho individuais e o grau de criticidade das funções ocupadas.

A remuneração indireta, ou seja, os benefícios concedidos aos membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária são revistos anualmente de forma a mantê-los dentro dos padrões de mercado de acordo com cada cargo e função.

b.iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia tem por objetivo a atração, motivação e retenção dos profissionais com as competências e valores requeridos pela Companhia. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos resultados da Companhia, em níveis competitivos aos de mercado.

A política de remuneração da Companhia é baseada nas premissas de melhor interesse dos acionistas e demais stakeholders na criação de valor sustentável e de longo prazo; metas e estratégias de negócios; melhores práticas de mercado; e nos Princípios e Valores da Companhia.

b.v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável. Todos os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal da Companhia recebem remuneração no patamar de mercado para companhias de mesmo porte.

c. Principais indicadores de desempenho na determinação de cada elemento da remuneração

Anualmente são estabelecidas metas para os membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária elegíveis ao nosso programa de remuneração variável, o pagamento estará condicionado ao cumprimento do Contrato de Gestão, que incorpora 5 indicadores: Receita Líquida, OPEX, Eficiência Operacional; DPQ (Qualidade Ânima) e NPS (Serviços).

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos nossos executivos baseia-se na *performance* desses indicadores ante às metas estabelecidas no curto, médio e longo prazos. Ressalta-se que a revisão de referidas metas ocorre anualmente.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Adotamos práticas de remuneração que alinham principalmente os interesses de curto, médio e longo prazos, valendo a referência aos elementos fixo, variável e benefícios descritos acima. Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não há remuneração suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário nos envolvendo.

13.2. Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente 31/12/2021 – valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,75	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,75	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.375.000,00	4.461.622,47	253.250,06	8.089.872,53
Benefícios direto e indireto	0,00	70.746,56	0,00	70.746,56
Participações em comitês	1.920.000,00	0,00	0,00	1.920.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.922.059,74	0,00	2.922.059,74
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	5.295.000,00	9.954.428,77	253.250,06	15.502.678,83

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.337.499,99	2.639.602,52	223.636,56	5.200.739,07
Benefícios direto e indireto	0,00	36.132,42	0,00	36.132,42
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	487.500,00	912.512,13	44.727,31	1.444.739,44
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2020.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.026.972,52	0,00	1.026.972,52
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.784.352,51	0,00	1.784.352,51
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	2.804.999,99	6.399.572,10	268.363,87	9.472.935,96

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.000.000,00	3.106.250,42	209.688,18	6.315.938,60
Benefícios direto e indireto	15.155,55	33.596,99	0,00	48.752,54
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	600.000,00	961.703,52	41.937,64	1.603.641,16
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2019.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2019.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2019.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	5.245.653,58	0,00	5.245.653,58
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	3.615.155,55	9.347.204,51	251.625,82	13.213.985,88

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,08	5,33	0,50	13,91
Nº de membros remunerados	2,50	5,33	0,50	8,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	574.666,66	4.531.176,13	32.259,72	5.138.102,51
Benefícios direto e indireto	0,00	266.054,77	0,00	266.054,77
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	114.933,33	1.171.930,61	6.451,94	1.293.315,88
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2018.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2018.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2018.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.328.476,90	0,00	1.328.476,90
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	689.599,99	7.297.638,41	38.711,66	8.025.950,06

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO (2020)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	4	3	15
Nº de membros remunerados	8	4	3	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	0,00	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.202.437,67	0,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	1.026.972,52	0,00	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO (2019)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	3	16
Nº de membros remunerados	9	4	3	16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	0,00	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	0,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	0,00	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO (2018)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,08	5,33	0,50	13,92
Nº de membros remunerados	2,50	5,33	0,50	8,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

a. Termos e condições gerais

O nosso Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias (“Plano”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão (“Opções”), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com as disposições do Plano, são elegíveis a participar do Plano membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle (“Beneficiários”).

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas neste instrumento. Ainda, será facultado ao Conselho de Administração delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto (“Comitê”). Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, escolhidos entre os membros do Conselho de Administração, por maioria. Os membros desse Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Obedecidas as condições deste Plano, nosso Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos diretores, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (d) a emissão de novas ações da nossa Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; (e) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da nossa Assembleia Geral Extraordinária; (f) definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas; (g) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano, razão pela qual o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle, bem como estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante perante a nossa Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de competência do Conselho de Administração.

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da nossa Companhia, com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das Opções fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item 'f' acima, as Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

h. Condições de aquisição de ações

As Opções poderão ser exercidas desde que integralmente atendidas as condições, exigências, assim como respeitados os períodos de carência e os cronogramas previstos no Plano e nos Termos de Adesão.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício ou compra de cada Ação a ser subscrita pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será fixado pelo Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) no momento de sua outorga ao respectivo Beneficiário mediante assinatura do Termo de Adesão, devendo esse preço ser fixado em moeda corrente nacional. O preço deverá estar vinculado às cotações das ações da Companhia, mas o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) terá liberdade para fixar os parâmetros para fixação dos valores ("Preços de Exercício").

j. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários.

Nos termos do Plano, as Opções outorgadas poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê, caso a caso, na data da outorga da Opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos, contado da data da outorga da Opção.

k. Forma de liquidação

O Beneficiário deverá realizar o pagamento em moeda corrente nacional, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

I. Restrições à transferência das ações

As Opções concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. É vedada a criação pelos Beneficiários de instrumentos financeiros de derivativos atrelados ou relacionados às Opções. As ações decorrentes do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano expirará, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da nossa Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou de bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da nossa Companhia, (d) pela nossa dissolução e liquidação, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste Plano.

Exceto pela extinção do Plano por deliberação dos nossos acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos. Caso extinção do Plano se dê por ocasião de reorganização societária da nossa Companhia, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos, salvo se as deliberações sobre a reorganização expressamente estabeleçam a permanência do Plano ou das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por outras.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para fins do Plano, o desligamento do Beneficiário significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário da Opção conosco ou com nossas controladas, exceto aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento ("Desligamento"). Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Desligamento por Interesse da Companhia ou do Beneficiário. Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do Desligamento, e mediante pagamento à vista, independentemente se disposto de forma diversa no Termo de Adesão. Além disso, caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias contados do Desligamento para efetuar o pagamento integral ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado. O Conselho de Administração poderá estender os prazos constantes neste item, desde que devidamente justificado, para adequar às circunstâncias específicas do caso.

Desligamento por Justa Causa. No caso de Desligamento do Beneficiário ocorrer em razão de justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente nesta mesma data, e mediante pagamento à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário deverá efetuar o pagamento integral do valor restante na data do Desligamento, ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Opção de Compra da Companhia. Nós ou terceiros por nós indicados, teremos, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de Desligamento do Beneficiário, a opção de compra de todas as ações subscritas ou adquiridas pelo Beneficiário em virtude do Plano, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas após o Desligamento em virtude de Opções já exercíveis ou em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados no Plano, por valor correspondente à cotação média das nossas ações nos últimos 30 (trinta) pregões, contados da data de Desligamento.

Falecimento. Em caso de falecimento de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a Opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do Beneficiário, por sucessão legal ou por disposição testamentária até o término do prazo da Opção outorgada, podendo a Opção ser exercida no todo ou em parte pelos herdeiros e/ou sucessores do Beneficiário, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, os herdeiros e/ou sucessores terão o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados do falecimento se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Invalidez Permanente ou Aposentadoria. Em caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de Lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2021)

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	N/A	3
Número de membros remunerados	N/A	2
Em relação a cada outorga de opções/ações		
Outorgas	N/A	1ª Outorga AR (d)
Data da outorga	N/A	15/04/2021
Quantidade de opções/ações outorgadas	N/A	45.000
Prazo para que as opções/ações se tornem exercíveis	N/A	Transferência de 100% no 1º aniversário
Prazo máximo para o exercício das opções	N/A	N/A(c)
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Prazo médio ponderado do exercício de cada um dos seguintes grupos de opções		2021
Em aberto no início do exercício social	N/A	N/A(e)
Perdidas durante o exercício social (b)	N/A	N/A(f)
Exercitadas durante o exercício social	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas(a)	N/A	0,011%

Nota (a): para os cálculos relativos à diluição potencial constante das tabelas acima, consideramos a base acionária da Companhia em 28 de fevereiro de 2021, líquida das ações mantidas em tesouraria.

Nota (b): referem-se às opções canceladas em virtude do desligamento de participantes da Companhia

Nota (c): as ações são integralmente transferidas para o beneficiário no momento em que se completa o prazo de carência de 1 ano.

Nota (d): plano de Ações Restritas.

Nota (e): a Companhia não estabeleceu preço no momento da concessão dos prêmios.

Nota (f): no plano de Ações Restritas não há preço de exercício, são concedidos prêmios que consistem no direito do beneficiário de receber Ações Restritas ao término do prazo de carência.

13.6 - Opções em Aberto

Não é possível preencher este item uma vez que, o plano de remuneração baseada em ações, descrito no item 13.4 do Formulário de Referência, conforme previsto, está sendo objeto de detalhamento pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual até a data deste formulário suas bases ainda não foram definidas e nenhum executivo firmou contrato de remuneração baseada em ações com a Companhia.

Assim que definidas as bases do plano e assinado qualquer contrato que tenha por objeto a outorga de opções em ações, este item será preenchido.

13.7 - Opções Exercidas e Ações Entregues

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos quaisquer opções de compra de ações de nossa emissão outorgadas no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Em 28 de fevereiro de 2021

Companhia						
Órgão	Ações (uni.)	ON (%)	Ações (uni.)	PN (%)	Total de Ações	%
Conselho de Administração	51.494.838	12,75	0	0	51.494.838	12,75
Diretoria	28.440.366	7,04	0	0	28.440.366	7,04
Conselho Fiscal	0		0	0	0	0
Total de Ações	79.935.204	33,90	0	0	79.935.204	19,79

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

a.	Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b.	Número de Membros	8,00	4,00
c.	Número de Membros Remunerados ⁽¹⁾	0	0
d.	Nome do plano	Itaú – Programa de Previdência complementar	Itaú – Programa de Previdência complementar
e.	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0
f.	Condições para se aposentar antecipadamente	Conforme legislação regulamentadora da Previdência complementar.	Conforme legislação regulamentadora da Previdência complementar.

g.	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2020 os membros não aderiam ao programa.	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2020 os membros não aderiam ao programa.
h.	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2020 os membros não aderiam ao programa.	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2020 os membros não aderiam ao programa.
i.	Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Carência de 60 dias. Resgate das contribuições realizadas de acordo com o regime tributário progressivo ou regressivo optado pelo colaborador	Carência de 60 dias. Resgate das contribuições realizadas de acordo com o regime tributário progressivo ou regressivo optado pelo colaborador

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/Nº02/2020.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal
Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	4,00	4,00	5,33	7,25	8,25	8,08	3,00	3,00	0,50
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	5,33	7,25	8,25	2,50	3,00	3,00	0,50
Valor da maior remuneração(Reais)	1.430.909,92	1.157.433,82	1.648.889,03	720.000,00	780.000,00	201.600,00	89.454,62	83.875,27	10.753,24
Valor da menor remuneração(Reais)	258.039,50	715.151,52	636.359,30	120.000,00	390.000,00	201.600,00	89.454,62	83.875,27	10.753,24
Valor médio da remuneração(Reais)	897.061,77	1.029.738,88	1.412.123,78	292.500,00	400.000,00	233.280,00	89.454,62	83.875,27	10.753,24

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020. De janeiro a março a Diretoria era composta por 4 membros, a partir de abril passou a contar com 3 membros sendo que 1 membro acumula duas diretorias.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020. De janeiro a dezembro a Diretoria era composta por 4 membros, sendo que 1 membro acumula duas diretorias.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. De janeiro a julho a diretoria contava com 6 membros, agosto e setembro 5 membros e a partir de outubro passou a contar com 4 membros, sendo que 1 membro acumula duas diretorias.

Conselho de Administração	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020. Até o mês de maio o Conselho era composto por 8 membros, de junho a agosto 6 membros, setembro 8 membros, passando a contar com 7 membros a partir do mês de outubro.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020. Até o mês de março o Conselho era composto por 9 membros, passando a contar com 8 membros a partir do mês de abril.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/ Nº02/2020. No mês de janeiro o Conselho era composto por 7 membros, passando a contar com 8 membros de fevereiro a agosto, 7 membros em setembro e a partir de outubro passou a contar com 9 membros.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº003/2020. O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2020.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº003/2020. O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2019.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. O Conselho Fiscal foi instalado em outubro de 2018.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não possuímos arranjos contratuais ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Exercício de 2020

	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,25	4,00	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	2.804.999,99	6.399.572,10	268.363,87
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.440.000,00	3.738.407,11	0,00
% da Remuneração total do órgão	51,00%	58,00%	0,00%

Exercício de 2019

	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,25	4,00	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3,25	2,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	3.615.155,55	9.347.204,51	251.625,82
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.575.155,55	7.365.816,68	0,00
% da Remuneração total do órgão	43,57%	78,80%	0,00%

Exercício de 2018

	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal (1)
Número de Membros	8,08	5,33	0,50
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	4,58	5,33	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	583.200,00	7.531.326,85	38.711,66
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	60.000,00	5.921.490,64	0,00
% da Remuneração total do órgão	10,29%	78,62%	0,00%

(1) Conselho Fiscal instalado em outubro de 2018.

(1) Conselho Fiscal não instalado.

13.14 - Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum e de Controladas do Emissor

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, valores reconhecidos nos nossos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária, de nossa Diretoria não Estatutária ou do Conselho Fiscal.

13.16 - Outras Informações Relevantes

No item 13.2 do Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Conselho de Administração:

Previsão para 2021	
Mês	Nº de membros
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Total	84
Média (Total/Nº de meses)	7

Em 2019	
Mês	Nº de membros
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	9
Abril	8
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	8
Outubro	8
Novembro	8
Dezembro	8
Total	99
Média (Total/Nº de meses)	8,25

Em 2020	
Mês	Nº de membros
Janeiro	8
Fevereiro	8
Março	8
Abril	8
Maio	8
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	8
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Total	87
Média (Total/Nº de meses)	7,25

Em 2018:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	7
Fevereiro	8
Março	8
Abril	8
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	7
Outubro	9
Novembro	9
Dezembro	9
Total	97
Média (Total/Nº de meses)	8,08

Diretoria Estatutária:

Previsão para 2020	
Mês	Nº de membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	48
Média (Total/Nº de meses)	4

Em 2018:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	64
Média (Total/Nº de meses)	5,33

Em 2019	
Mês	Nº de membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	48
Média (Total/Nº de meses)	4

Em 2017:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	66
Média (Total/Nº de meses)	5,5

Conselho Fiscal:

Previsão para 2020	
Mês	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	36
Média (Total/Nº de meses)	3

Em 2019:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	36
Média (Total/Nº de meses)	3

Em 2018:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	3
Dezembro	3
Total	6
Média (Total/Nº de meses)	0,5

Em 2017:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

ANEXO 5 – Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de referência (nos termos do Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009)

Sr. Daniel Faccini Castanho
Data de Nascimento: 04/05/1975
Profissão: Administrador
CPF: 177.268.508-92
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 26/04/2021
Data da Posse: 26/04/2021
Prazo do Mandato: unificado de 02 (anos), até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2022, a se realizar em 2023
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é o atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia e membro dos seguintes Comitês: de Estratégia e Acadêmico, Life Long Learning e Comitê de Pessoas.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
Critério utilizado para determinar a independência: não se aplica
Número de mandatos consecutivos: 04
<p>Currículo: O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: de Estratégia e Acadêmico, <i>Life Long Learning</i> e Comitê de Pessoas. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Atualmente também é membro do Comitê</p>

de Orientação Pedagógica e Acadêmico da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 2/10/2020. O Sr. Castanho não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não se aplica
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%
<p>Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. administradores do emissor: o candidato é irmão do membro do grupo de controle, Sr. Rômulo Faccini Castanho ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica
<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplica. ii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplica. iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica.

Sr. Maurício Nogueira Escobar
Data de Nascimento: 04/07/1975
Profissão: Administrador
CPF: 179.933.738-32
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração
Data de Eleição: 26/04/2021
Data da Posse: 26/04/2021
Prazo do Mandato: unificado de 02 (anos), até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2022, a se realizar em 2023
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é Membro dos seguintes Comitês: de Estratégia e Acadêmico, Finanças e M&A, Life Long Learning e Comitê Especial de Integração
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
Critério utilizado para determinar a independência: não se aplica
Número de mandatos consecutivos: 03
<p>Currículo: O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e é membro dos seguintes Comitês da Companhia: de Estratégia e Acadêmico, Finanças e M&A, Life Long Learning e Comitê Especial de Integração. Também é membro do</p>

Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/9/2020.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não se aplica
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%
<p>Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. administradores do emissor: não se aplica. ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica. iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica. iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica.
<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplica. ii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplica. iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica.

Sr. Gabriel Ralston Correa Ribeiro
Data de Nascimento: 06/03/1974
Profissão: Administrador de Empresas.
CPF: 043.580.888-56
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 26/04/2021
Data da Posse: 26/04/2021
Prazo do Mandato: unificado de 02 (anos), até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2022, a se realizar em 2023
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é Membro dos seguintes Comitês: Finanças e M&A e Comitê Especial de Integração
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim
Critério utilizado para determinar a independência: não se aplica
Número de mandatos consecutivos: 03
<p>Currículo: O Sr. Gabriel Ralston graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É o coordenador do comitê de Finanças e M&A e membro do Comitê Especial de Integração de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020. Foi membro do Conselho de Administração da Correa Ribeiro S/A Comércio e Indústria de abril de 2013 a maio de 2020. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014.</p>

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não se aplica
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%
<p>Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. administradores do emissor: não se aplica. ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica. iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica. iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica.
<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplica. ii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplica. iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica.

Sr. Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Data de Nascimento: 05/03/1975
Profissão: Engenheiro Civil
CPF: 882.494.845-68
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo independente do Conselho de Administração
Data de Eleição: 26/04/2021
Data da Posse: 26/04/2021
Prazo do Mandato: unificado de 02 (anos), até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2022, a se realizar em 2023
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é Membro dos seguintes Comitês: Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e Comitê Especial de Integração
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não se aplica.
Critério utilizado para determinar a independência: o candidato não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no § 1º e 2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado
Número de mandatos consecutivos: 03
<p>Currículo: Antonoaldo foi o Chief Executive Officer da TAP Air Portugal, desde 01 fevereiro de 2018 até setembro de 2020. Foi Presidente da Azul Linhas Aéreas de 2014 a 2017. Antonoaldo foi consultor e sócio global da McKinsey, onde atuou por 10 anos. Seu foco mais recente de atuação na consultoria foi em projetos de aviação e infraestrutura e em Governança Corporativa. Foi nomeado pelo BNDES e pela Secretaria de Aviação Civil como membro do Conselho da Infraero entre 2011 e 2012. Antonoaldo tem experiência como Executivo no setor de construção como Diretor Corporativo da Cyrela, responsável por JVs, planejamento, backoffice e pessoas, e na Odebrecht, onde foi engenheiro de montagem de obras eletromecânicas. É formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, possui um MBA pela Darden Graduate School of Business Administration from the University of Virginia e um Mestrado em Finanças Corporativas pela PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e do e Comitê Especial de Integração.</p>

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não se aplica
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%
<p>Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. administradores do emissor: não se aplica. ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica. iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica. iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica.
<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplica. ii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplica. iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica.

Sr. Silvio José Genesini Júnior
Data de Nascimento: 27/10/1952
Profissão: Engenheiro de Produção.
CPF: 607.689.408-34
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo independente do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 26/04/2021
Data da Posse: 26/04/2021
Prazo do Mandato: unificado de 02 (anos), até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2022, a se realizar em 2023
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é Membro dos seguintes Comitês: Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e Comitê Life Long Learning
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não se aplica
Critério utilizado para determinar a independência: o candidato não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no § 1º e 2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.
Número de mandatos consecutivos: 03
<p>Currículo: O Sr. Genesini é membro dos conselhos de administração do Grupo Algar, Cnova NV, Verzani & Sandrini, brMalls e Hortifruti. É mentor da Endeavor, e conselheiro consultivo da ONG Gerando Falcões. É, também, investidor e consultor de startups de tecnologia. Foi presidente do Grupo Estado, que edita o jornal O Estado de S. Paulo; presidente da Oracle do Brasil e sócio-diretor da Accenture e Andersen Consulting. É Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo. Foi eleito membro independente do Conselho de Administração da nossa companhia em 19/10/2018 e reeleito em 25/04/2019. Além disso é membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e do Comitê Life Long Learning.</p>
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não se aplica.
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal: não</p>

<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não</p>
<p>Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%</p>
<p>Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p> <p>i. administradores do emissor: não se aplica.</p> <p>ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica.</p> <p>iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica.</p> <p>iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica.</p>
<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <p>i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplica.</p> <p>ii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplica.</p> <p>iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica.</p>

Sr. José Afonso Alves Castanheira
Data de Nascimento: 29/12/1946
Profissão: Engenheiro Mecânico
CPF: 175.020.127-53
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo independente do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 26/04/2021
Data da Posse: 26/04/2021
Prazo do Mandato: unificado de 02 (anos), até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2022, a se realizar em 2023
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: o candidato é Membro dos seguintes Comitês: Comitê de Pessoas.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não se aplica.
Critério utilizado para determinar a independência: o candidato não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no § 1º e 2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.
Número de mandatos consecutivos: 02
O Sr. José Afonso Alves Castanheira é Engenheiro Mecânico, formado em 1970 pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ é especialista em Administração de Empresas e Economia pela PUC-RJ. Atuou como Engenheiro em FURNAS Centrais Elétricas S.A. de 1971-1975. Também atuou no BNDES, a partir de 1975, sendo responsável pelos setores de indústria química de 1975-1980, responsável pelo setor de energia de 1980-1981 e responsável pelos setores de inds. tradicionais, bens de capital e informática de 1981- 1985. Foi Diretor do Instituto de Economistas do Estado do Rio de Janeiro - 1984-1985. Secretário Executivo do CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial - 1985- 1987. Presidente da BEFLEX - Comissão para a Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação - 1985-1987. Presidente da INNOBRA - Innocenti Ind. Mecânica S.A. - de janeiro 1989 a fevereiro de 1992. Participou de diversos Conselhos de Administração como Cobafi, Dedini, Estrela, Caemi, MBR, Quebec Cartier Mining, Distribuidora de Produtos e Petróleo Ipiranga, Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A, Grupo Paranapanema, Drogasil S/A, Helbor Empreendimentos S/A, Technos S/A, Odontoprev S/A e outros. Sócio- Diretor da Consemp Consultoria e Empreendimentos Industriais Ltda, atual Rotapar Investimentos, Administração e Participações Ltda, desde 1987, responsável por reestruturação de diversas empresas industriais. Atualmente é presidente do Conselho de Administração da BR Malls Participações S/A, além de membro

do Comitê de Inovação e do Comitê de Pessoas e Remuneração. É também membro do Conselho de Administração da Companhia Vale do Araguaia. Foi eleito membro independente do Conselho de Administração da nossa companhia em 31/08/2020. Além disso é membro do Comitê de Pessoas.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: BR Malls Participações S/A – Presidente do Conselho de Administração CIA Vale do Araguaia – Membro do Conselho de Administração
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal: não ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%
Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: i. administradores do emissor: não se aplica. ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica. iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica. iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica.
Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: Não i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não se aplica ii. controlador direto ou indireto do emissor: Não se aplica iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não se aplica

Sra. Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia
Data de Nascimento: 07/12/1971
Profissão: Administradora
CPF: 121.252.928-66
Cargo eletivo ocupado: membro efetivo independente do Conselho de Administração.
Data de Eleição: 26/04/2021
Data da Posse: 26/04/2021
Prazo do Mandato: unificado de 02 (anos), até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2022, a se realizar em 2023
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: a candidata é Membro dos seguintes Comitês: Comitê de Estratégia e Acadêmico e Comitê de Pessoas.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não se aplica.
Critério utilizado para determinar a independência: o candidato não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no § 1º e 2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado.
Número de mandatos consecutivos: 02
<p>Currículo: Atua como membro independente do Conselho de Administração da Burger King Brazil desde 2019. Foi Vice Presidente e Chief Operational Officer da Microsoft América Latina, no período de janeiro de 2019 até julho de 2020. Anteriormente, no período de 2015 a 2019, atuou na Microsoft Brasil, nas posições de Gerente Geral e por último como Presidente, além de experiência pregressa na empresa, entre 2002 e 2013, em diversas funções de liderança, incluindo Chief Operational Officer e Chief Marketing Officer. Sua experiência inclui ainda passagens, em posições de liderança, pelo Facebook América Latina, Telefônica – Telecomunicações São Paulo e Whirlpool Home Appliances. Atualmente é membro do Comitê de Estratégia e Acadêmico e Comitê de Pessoas da Companhia. É graduada em Tecnologia de Processamento de Dados pela FATEC / UNESP, pós graduada em Marketing pela ESPM e possui MBA pela FIA / Universidade de São Paulo.</p>
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do conselho de administração da Burger King Brasil.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

<p>i. qualquer condenação criminal: não</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não</p>
<p>Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: Não se aplica</p>
<p>Informação sobre a eventual existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p> <p>i. administradores do emissor: não se aplica.</p> <p>ii. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não se aplica.</p> <p>iii. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor: não se aplica.</p> <p>iv. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não se aplica.</p>
<p>Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p> <p>i. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não se aplica.</p> <p>ii. controlador direto ou indireto do emissor: não se aplica.</p> <p>iii. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não se aplica.</p>

ANEXO 6 – Consolidação do Estatuto Social

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

ÂNIMA HOLDING S.A.

CNPJ Nº 09.288.252/0001-32

NIRE Nº 35300350430

ESTATUTO SOCIAL CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL

Artigo 1º- A Ânima Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente).

Parágrafo Único - Com a admissão da Companhia no segmento especial de negociação de valores mobiliários denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Artigo 3º - A Companhia tem sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001.

Parágrafo Único - Mediante deliberação da Diretoria, lavrada em ata de reunião de Diretoria, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social:

- (i) a administração, direta ou indireta, de atividade de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, à administração, direta ou indireta, de atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar ou manter cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura;
- (ii) a participação, na qualidade de acionista ou quotista, em outras sociedades ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior;
- (iii) a aquisição e administração de imóveis destinados a consecução do seu objeto social;
- (iv) a consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação,

desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e atividades de teleatendimento (“call center”); e

(v) a prestação de serviço de processamento de dados.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.569.624.313,76 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e treze reais e setenta e seis centavos), dividido em 403.868.805 (quatrocentas e três milhões, oitocentas e sessenta e oito mil, oitocentas e cinco) ações ordinárias, todas nominativas.

Parágrafo Primeiro - Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de escrituração de ações em vigor, sem emissão de certificados, sendo que, quaisquer custos da instituição escrituradora das ações com relação a serviços de transferência de ações escriturais, nos termos do artigo 35, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser cobrado dos acionistas.

Parágrafo Segundo - É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

Parágrafo Terceiro - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Parágrafo Quarto - A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o valor de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais). O Conselho de Administração estabelecerá as condições para a emissão, incluindo preço de subscrição e prazo de integralização.

Parágrafo Quinto - A Companhia poderá, no limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, outorgar opção de compra de ações a seus diretores e empregados ou a indivíduos que prestem serviços à Companhia ou a companhias sob o seu controle.

Parágrafo Sexto - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações.

Parágrafo Sétimo - Na proporção das ações que possuírem, os acionistas possuirão direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Oitavo - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de

Administração, adquirir as ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação, inclusive no âmbito de planos de opção de compra ou subscrição de ações aprovados nos termos deste Estatuto Social, ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as normas expedidas CVM e demais disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 6º - As Assembleias Gerais realizar-se-ão ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento de cada exercício social para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que necessário e que os interesses sociais da Companhia assim exigirem.

Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma do disposto nos artigos 123 a 125 da Lei das Sociedades por Ações, respectivamente.

Parágrafo Segundo - Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas nesta Cláusula, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Artigo 7º - Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos por mesa composta por presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes, sendo que havendo divergência entre eles serão escolhidos aqueles que forem indicados pelos acionistas presentes que contarem com a maior parte no capital social, na forma do art. 110 da Lei de Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro - Salvo deliberação em contrário, as atas das Assembleias serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive de eventuais dissidências e protestos, e observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 8º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, quando aplicável, devendo o acionista depositar na Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da realização da respectiva assembleia, instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade ou seus poderes de representação, conforme o caso.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto acima, o procurador ou representante legal que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos no caput deste dispositivo, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia,

poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 9º - Exceto se quórum maior for exigido pela legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais dependerão de voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas presentes.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, observados os quóruns previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável:

- (i) tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social;
- (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, quando instalado, e outros documentos, nos termos da regulamentação aplicável;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (v) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (vi) deliberar acerca da correção monetária do capital social;
- (vii) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;
- (viii) reformar o Estatuto Social;
- (ix) deliberar acerca da redução do dividendo obrigatório;
- (x) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, bem como de suas sociedades controladas, ou ainda a indivíduos que prestem serviços à Companhia ou às suas sociedades controladas;
- (xi) deliberar acerca de aumento do capital social, além do limite do capital autorizado, ou sua redução;
- (xii) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (xiii) deliberar acerca da fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;

- (xiv) deliberar acerca da dissolução e liquidação da Companhia, nomeação e destituição dos liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (xv) deliberar acerca da cessação do estado de liquidação;
- (xvi) autorizar a emissão de debêntures, salvo no caso de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, cujas emissões, em ambas as hipóteses acima previstas, serão autorizadas pelo Conselho de Administração;
- (xvii) deliberar acerca do resgate, amortização, desdobramento, grupamento, recompra ou negociação de ações pela própria Companhia ou de quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia, exceto conforme disposto no parágrafo 8º, do artigo 5º deste Estatuto Social;
- (xviii) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência.
- (xix) deliberar acerca do pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como sua adesão e saída do Novo Mercado;
- (xx) escolher a instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída da Companhia do Novo Mercado; e
- (xxi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, ressalvado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 11 - A investidura nos cargos da administração far-se-á mediante a assinatura de Termo de Posse lavrado em livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, ficando dispensada qualquer garantia para o exercício de suas funções.

Parágrafo Primeiro - A posse dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de Termo de Posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 29, bem

como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro - Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, os órgãos da administração reunir-se-ão com a presença da maioria de seus respectivos membros, e suas deliberações serão consideradas válidas pelo voto da maioria dos presentes, sem prejuízo de poder os Diretores praticar os atos de sua competência, na forma do artigo 17 deste estatuto, independentemente de prévia reunião de Diretoria ou de deliberação colegiada desta.

SEÇÃO I

Conselho de Administração

Artigo 12 - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, residentes ou não no Brasil, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada em assembleia geral que os eleger. São também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo Segundo - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pelos membros eleitos para o Conselho de Administração na primeira reunião subsequente à sua posse. O Presidente do Conselho de Administração, ou em caso de sua ausência ou impedimento temporário, o Vice-Presidente, será responsável pela convocação e pela presidência das reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto - No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, este será substituído pelo Vice-Presidente. Caso verificado também o impedimento ou ausência temporária do Vice-Presidente a substituição caberá a qualquer outro membro do Conselho de Administração, escolhido na ocasião pela maioria simples dos Conselheiros presentes, o qual poderá praticar todos os atos que caberiam ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto perdurar o impedimento ou ausência.

Parágrafo Quinto - Em caso de vacância do cargo, por falecimento, renúncia ou impedimento por tempo prolongado ou permanente de Conselheiro, a Assembleia Geral será convocada para eleger os novos Conselheiros em até 5 dias da

verificação da vacância.

Artigo 13 - O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário mediante convocação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em primeira convocação e de 2 (dois) dias úteis em segunda convocação, devendo a convocação ser acompanhada da ordem do dia. Os documentos relacionados que deem suporte às deliberações a serem tomadas deverão ser disponibilizados para consulta dos Conselheiros na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A reunião será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na falta deste, pelo Vice-Presidente, ou, ainda, por qualquer de seus membros caso o Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não tenham encaminhado a convocação aos demais Conselheiros em até 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Segundo - Independentemente das formalidades previstas neste artigo 13, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Parágrafo Terceiro – As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Quarto - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou, ainda, na ausência deste, por um Conselheiro eleito por maioria simples dos presentes à reunião.

Parágrafo Quinto - As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer por meio de videoconferência ou conferência telefônica, não se responsabilizando a Companhia, contudo, pelos riscos decorrentes da conexão. Neste caso, os Conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão expressar seu voto por meio de carta ou correio eletrônico, até o encerramento da reunião.

Parágrafo Sexto - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada pelo Presidente do Conselho ou seu substituto, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Sétimo - Ficam dispensadas do arquivamento perante a Junta Comercial e publicação das atas das Reuniões do Conselho de Administração, salvo aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 14 - Além dos demais poderes previstos em lei como de competência exclusiva do Conselho de Administração, compete, ainda, ao Conselho de Administração:

- (i) deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

- (II) eleger, aceitar renúncia, deliberar sobre pedido de licença temporária, designar substitutos e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições específicas, observando o disposto neste Estatuto Social;
- (IV) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (V) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- (VI) determinar os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos diretores estatutários da Companhia;
- (VII) distribuir a remuneração global dos administradores fixada anualmente pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- (VIII) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- (IX) determinar o levantamento de balancetes em períodos inferiores a um exercício social e deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares ou intermediários, nos termos deste Estatuto Social;
- (X) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo quarto, do artigo 5º deste Estatuto Social, com a emissão de novas ações ordinárias, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de títulos com direito de subscrição, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- (XI) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, assim como deliberar sobre as respectivas condições referidas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (XII) deliberar sobre a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, de uso comum no mercado, incluindo, mas não se limitando, a emissão de notas promissórias;

- (xii) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- (xiv) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (xv) deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, bem como sobre a constituição de subsidiárias, sempre tendo em vista os objetivos sociais;
- (xvi) deliberar sobre a alteração da política de dividendos das controladas e/ou subsidiárias da Companhia;
- (xvii) deliberar sobre a alteração dos direitos, preferências ou vantagens atribuídos a quaisquer valores mobiliários de emissão das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- (xviii) aprovar a transformação do tipo societário, cisão, fusão, incorporação das sociedades nas quais a Companhia detenha participação ou a incorporação de qualquer destas em outra;
- (xix) deliberar sobre requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- (xx) deliberar sobre a alteração das práticas contábeis das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, salvo se exigido por lei;
- (xxi) aprovar atos de transferência de tecnologia, venda, licenciamento ou renúncia de patentes, marcas registradas, informações técnicas e know-how que envolvam valor excedente, individualmente, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xxii) deliberar sobre a celebração de qualquer negócio jurídico com terceiros, inclusive a celebração de contratos de financiamento, empréstimos ou assunção de qualquer dívida que, individualmente considerada, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) cada ou, em valor agregado ao longo de um mesmo exercício social, superior a 50% do patrimônio líquido da Companhia. No caso de contratos locatícios, o valor total do contrato será considerado como o resultado da multiplicação do valor mensal do aluguel por 12 (doze), acrescido de todas e quaisquer outras despesas ou multas (rescisórias ou não) contidas no contrato aplicável;
- (xxiii) deliberar sobre a realização, pela Companhia e/ou pelas sociedades nas quais a Companhia detenha participação, de qualquer negócio com quaisquer dos administradores e/ou Acionista Controlador desde que, em qualquer caso, realizado em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares

àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Não serão vedadas (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias, (b) prestação de serviços realizada pela Companhia às empresas em que tiver participação;

- (xxiv) deliberar sobre a aquisição, constituição ou alienação de sociedade, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, conforme o caso, que, em um mesmo exercício social, superem 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação, conforme o caso, apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, por seus auditores independentes, relativas obrigatoriamente ao último exercício social, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;
- (xxv) deliberar sobre a aprovação da aquisição de ativos (i) que não sejam relacionados ao setor de educação; (ii) que, ainda no setor de educação, sejam relacionados ao setor de educação básica; ou (iii) imobiliários, ainda que relacionados ao setor de educação, salvo aqueles já pertencentes à instituição de ensino que vier a ser adquirida;
- (xxvi) deliberar sobre a aprovação de investimentos que excedam, em um mesmo exercício social, 3,5% (três vírgula cinco por cento) da receita operacional líquida da Companhia apurada no período de 12 (doze) meses que anteceder à data da aprovação, conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;
- (xxvii) deliberar sobre a celebração, pela Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias, de acordos de acionistas, de quotistas ou de instrumentos análogos relativos à participação societária por elas detidas, ou alterações a tais instrumentos vigentes;
- (xxviii) deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- (xxix) aprovar a outorga de procuração para a prática de qualquer um dos atos contidos neste artigo 14;
- (xxx) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar,

no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

- (xxv) deliberar sobre a elaboração e aprovação de seu Regimento Interno; e
- (xxvi) deliberar sobre a aprovação do orçamento anual e plano quinquenal ou plurianual de negócios.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos de seus membros. Em caso de empate nas deliberações em reuniões do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de minerva.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

SEÇÃO II

Diretoria

Artigo 15 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente (CEO), 1 (um) Diretor Financeiro (CFO), 1 (um) Diretor de Relações Institucionais, 1 (um) Diretor de Novos Negócios e 1 (um) Diretor de Relação com Investidores e os demais membros cujas funções e denominações específicas serão definidas pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para o cargo de Diretores.

Parágrafo Segundo - Qualquer pessoa indicada para exercer a função de Diretor deverá atender aos seguintes requisitos mínimos: (i) ter reputação e moral ilibada; e (ii) ter comprovada competência técnica para o desempenho de suas funções e experiência relevante de mercado em atividades similares.

Parágrafo Terceiro - No caso de impedimento ou ausência temporários de um Diretor, este será substituído por outro membro da Diretoria escolhido na ocasião pela maioria simples dos Diretores presentes, o qual cumulará interinamente as funções do substituído.

Parágrafo Quarto - Em caso de vacância do cargo, por falecimento, renúncia ou impedimento por tempo prolongado ou permanente de membro da Diretoria, o Presidente do Conselho de Administração designará para substituí-lo outro Diretor, que cumulará interinamente as funções do Diretor substituído até a reunião subsequente do Conselho de Administração ou até a data da cessação do impedimento prolongado ou permanente do Diretor substituído. O Conselho de Administração deverá ratificar a indicação do diretor indicado pelo Presidente do Conselho de Administração ou nomear um novo diretor interino.

Parágrafo Quinto - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se previamente aprovados pelo órgão competente ou permitidos nos termos do presente Estatuto Social.

Parágrafo Sexto - Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos, ainda que exaurido o prazo de seus mandatos;

Artigo 16 - A Diretoria reunir-se-á (i) anualmente para elaborar as demonstrações financeiras e respectivo relatório a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração, nos termos da alínea “(iv)” do artigo 14 acima; e (ii) periodicamente, quando necessário, por convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

Parágrafo Primeiro - As reuniões da Diretoria serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente ou, na ausência deste por um diretor eleito pelos demais.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, o Diretor Presidente, ou o Diretor que o substituir na reunião, terá o voto de qualidade.

Parágrafo Terceiro - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata em sumário, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia.

Artigo 17 - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei ou pelo presente Estatuto Social dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Caberá à Diretoria, observado o seu limite de competência e mediante a prévia aprovação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral quando exigível nos termos da lei ou deste Estatuto Social, representar a Companhia na prática de quaisquer negócios, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de quaisquer documentos ou prática de atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia.

Parágrafo Segundo - Compete ao Diretor Presidente, além de exercer constante coordenação das atividades dos Diretores, dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e representar institucionalmente a Companhia: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Companhia; (ii) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) traçar as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia; (v) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; e (vi) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e os que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar e supervisionar as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia, incluindo a gestão das áreas de tesouraria, aplicação e captação de recursos, controle de recebíveis e de contas a pagar, de orçamento e controle das operações e de planejamento (incluindo a preparação do orçamento da Companhia), a elaboração de proposta para distribuição de lucros e dividendos da Companhia (a ser submetida ao Conselho de Administração); (ii) planejar, coordenar, organizar e supervisionar as atividades de representação da Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais, no Brasil e no exterior; (iii) exercer outros poderes e atribuições que lhe forem , de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração; e (iv) elaborar as demonstrações financeiras e notas explicativas da Companhia e subsidiárias.

Parágrafo Quarto - Compete ao Diretor de Relações Institucionais, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir, liderar e coordenar as relações institucionais da Companhia e de suas subsidiárias com organismos públicos e privados; (ii) sugerir políticas e diretrizes, no âmbito da Companhia e de suas subsidiárias, relacionadas à aplicação e ao desenvolvimento de estratégias referentes aos assuntos regulatórios corporativos, bem como realizar o conjunto de atividades decorrentes; e (iii) exercer outras atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração, auxiliando, sempre que necessário, o Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

Parágrafo Quinto – Compete ao Diretor de Novos Negócios, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia; (ii) analisar e avaliar atividades a serem desenvolvidas e/ou realizadas pela Companhia, inclusive a partir do exame da viabilidade econômico-financeira das novas oportunidades de negócios; e (iii)c) exercer outras atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração, auxiliando, sempre que necessário, o Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

Parágrafo Sexto - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia, privativamente, perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar

o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (iii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (iv) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (v) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (vi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; (vii) zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; e (viii) seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

Artigo 18 - A Companhia será representada por quaisquer 2 (dois) Diretores, assinando em conjunto, ou por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro - Na constituição de procuradores, as procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores devendo especificar os poderes conferidos.

Parágrafo Segundo – Nos atos societários de suas subsidiárias, controladas, coligadas e demais sociedades em que detenha participação, a Companhia poderá ser representada por apenas dois procuradores, desde que constituídos na forma do parágrafo primeiro e desde que eles sejam advogados.

Parágrafo Terceiro - Salvo quando para fins judiciais e para procurações ad judicia e ad negotia outorgadas no âmbito de contratos de financiamento, cuja validade se dará até a final liquidação dos contratos de financiamento, os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a 1 (um) ano.

CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL

Artigo 19 – A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto por, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação, que fixará também a remuneração de seus membros, respeitado o limite legal. O Conselho Fiscal poderá ser instalado nos exercícios sociais em que houver solicitação dos acionistas, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - Quando instalado, o Conselho Fiscal terá as atribuições que lhe são conferidas por lei.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Terceiro - Além dos impedimentos previstos em lei, não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de controlador ou controlada de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de controlador ou controlada de concorrente.

Parágrafo Quarto - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os elege, observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto – Quando da primeira instalação do Conselho Fiscal, seus membros deliberarão e aprovarão o Regimento Interno do referido órgão.

Artigo 20 - Quando instalado, o Conselho Fiscal reunir-se-á, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal manifestar-se-á por maioria absoluta de votos.

Parágrafo Terceiro - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas em sumário no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelo Presidente do Conselho Fiscal, que será eleito pela maioria dos membros do Conselho Fiscal, na primeira reunião do órgão, após sua instalação presentes.

CAPÍTULO VI - CONSELHO ESTRATEGICO

Artigo 21. O Conselho Estratégico terá função técnica e consultiva, destinando-se a aconselhar os Administradores em relação às questões estratégicas da Companhia, em especial as relativas às áreas de inovação, tecnologia, reputação e cultura organizacional, contribuindo, ainda, no desenvolvimento do projeto acadêmico das instituições de ensino controladas pela Companhia.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Estratégico será composto por um máximo de 15 (quinze) e um mínimo de 7 (sete) membros efetivos, bem como por eventuais membros suplentes, caso nomeados, sendo todos os membros, efetivos ou suplentes, eleitos, com mandato de 2 (dois) anos, pelo Conselho de Administração, devendo ser escolhidos, preferencialmente, consoante a seguinte ordem gradativa:

- (i) por um representante indicado pelo Conselho de Administração, com o voto favorável do(s) Conselheiro(s) Independente(s);
- (ii) por um representante indicado pela Diretoria;

- (iii) por um representante indicado pelo Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle;
- (iv) entre os Reitores ou Vice-Reitores das instituições de ensino controladas pela Companhia ou dela coligada;
- (v) por pessoas que, embora não integrem o rol previsto nas alíneas “i” a “iv” retro, possuam moral ilibada e notório saber nas áreas de atuação da Companhia ou de suas controladas ou coligadas, ainda que sem qualquer vínculo com a Companhia ou com referidas sociedades.

Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho Estratégico elegerão, entre seus pares, um Presidente a quem incumbirá representar o órgão, convocar suas reuniões e dirigir os trabalhos do órgão, um Vice-Presidente, a quem incumbirá substituir o Presidente em suas ausências ou na vacância do cargo, bem como um Secretário Geral, a quem incumbirá lavrar as atas de reunião do órgão e cumprir as diligências que lhe forem delegadas pelo Presidente;

Parágrafo Terceiro – O Conselho Estratégico se reunirá, ordinariamente, ao menos uma vez a cada bimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, apresentando suas contribuições, a cada trimestre, à Diretoria e, a cada semestre, ao Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto – As reuniões do Conselho Estratégico poderão ser realizadas em qualquer localidade, mas deverão ser realizadas, preferencialmente, nas cidades em que se situem as sedes ou filiais da Companhia ou de sociedades por ela controladas ou a ela coligadas ou associadas, se possível em sistema de rodízio.

Parágrafo Quinto – O Conselho Estratégico poderá, na consecução de suas atividades, elaborar estudos e pesquisas e, para tanto, contará com orçamento mínimo aprovado pela Diretoria, dentro dos limites previstos no presente Estatuto.

Parágrafo Sexto – As reuniões do Conselho Estratégico serão convocadas, com cinco dias de antecedência, observando a forma epistolar, por seu Presidente ou por seu Secretário Geral, havendo delegação do Presidente.

Parágrafo Sétimo – O Conselho Estratégico contará com um Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta de seus membros com mandato em vigor e servirá para regulamentar seu funcionamento e estabelecer demais normas que lhe sejam aplicáveis, desde que em conformidade com o presente Estatuto.

Parágrafo Oitavo – O Conselho Estratégico é instituído na forma do art. 160 da Lei 6.404, aplicando-se aos seus membros as normas previstas na Seção IV do Capítulo XII da referida lei, em especial no que tange às responsabilidades, deveres e conflito de interesses.

Parágrafo Nono – Os membros do Conselho Estratégico não terão remuneração.

CAPÍTULO VII - ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA, SAÍDA DO NOVO MERCADO E PROTEÇÃO DE DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

Artigo 22 – A Alienação direta ou indireta de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o Adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Alienante.

Artigo 23 – Qualquer terceiro, que, de forma direta ou indireta, adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos deste artigo (“OPA”).

Parágrafo Primeiro – A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) imutável após a publicação do seu edital, lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo segundo deste artigo 23 paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de ações de emissão da Companhia; e (vi) instruída com laudo de avaliação, elaborado por instituição que atenda o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo – O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre: (i) Valor Econômico definido em laudo de avaliação elaborado de acordo com os procedimentos previstos em lei e regulamentação aplicável; e (ii) valor da ação na última oferta pública de aquisição de ações da Companhia realizada e efetivada nos 24 (vinte e quatro) meses antecedentes à data do evento de que trata o caput do presente artigo, corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo Terceiro – A realização da OPA mencionada no caput deste artigo 23 não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto – A realização da OPA mencionada no caput deste artigo 23 poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

- (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número de acionistas;
- (ii) a dispensa de realização da OPA será considerada aprovada com o

voto da maioria absoluta dos acionistas presentes; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo terceiro adquirente para fins do quórum de deliberação, conforme item “(ii)” acima.

Parágrafo Quinto - O terceiro adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Sexto - Na hipótese do terceiro adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o terceiro adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do terceiro adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do terceiro adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo Sétimo - Qualquer terceiro adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos que deem direito a ações da Companhia representando 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste artigo 23.

Parágrafo Oitavo – As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 22 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo terceiro adquirente das obrigações constantes deste artigo 23.

Parágrafo Nono – O disposto neste artigo 23 não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da Companhia por outra sociedade; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas; (vi) em decorrência da realização de OPA obrigatória nos termos deste Estatuto Social, do Regulamento do Novo Mercado ou da regulamentação emitida pela CVM; (vii) da aquisição de ações vinculadas a acordo de acionistas do qual participe o Acionista Controlador, as quais, enquanto perdurar esse vínculo, não são Ações em Circulação; e (viii) da alienação

de ações detidas pelo Acionista Controlador, incluindo a Alienação de Controle pelo Acionista Controlador.

Parágrafo Décimo - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS

Artigo 24 – O exercício social tem início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste artigo.

Parágrafo Primeiro – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado, o Conselho de Administração deverá submeter à Assembleia Geral Ordinária, para aprovação, a proposta de alocação do lucro líquido, de acordo com as previsões deste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo – O Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 25 – A Companhia poderá pagar a seus acionistas, com a aprovação do Conselho de Administração, juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 9, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/95 e das demais leis e regulamentações aplicáveis, os quais podem ser deduzidos do dividendo mínimo obrigatório. Qualquer pagamento em conformidade com este artigo 25 deverá integrar, para todos os fins, o valor dos dividendos distribuídos pela Companhia.

Artigo 26 – Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Artigo 27 – O lucro líquido no exercício, apurado conforme estabelecido no artigo 26 acima terá a seguinte destinação:

- Ⓜ) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei

das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

- (ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e, (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e
- (v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro – O dividendo mínimo obrigatório não deverá ser pago aos acionistas com relação ao exercício social em que a administração da Companhia informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia, desde que atendido o previsto nos parágrafos 4º e 5º, do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – Os lucros registrados na Reserva de Lucros a Realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização, nos termos do inciso III, do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro – Os dividendos, sejam anuais ou intermediários, serão pagos pela Companhia à pessoa que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

Parágrafo Quarto – Salvo disposição contrária da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social em que forem declarados.

CAPÍTULO IX - LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

Artigo 28 – A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO X - ARBITRAGEM

Artigo 29 – A Companhia, seus acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº. 6.385/76, na Lei nº. 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo único – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30 – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

ANEXO 7 – Plano de incentivo de colaboradores – “ILP1” (Anexo 13 da ICVM 481)

1. Fornecer cópia do plano proposto

Vide o Anexo 7.1 à presente Proposta.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

a. Potenciais beneficiários: Serão selecionados pela Companhia, dentre seus executivos e gestores, ou de suas subsidiárias, que desempenhem atividades/funções de nível “N0 a N2” e/ou entre as pessoas consideradas como “pessoas chave”, conforme regras a serem estabelecidas em Programa Específico para cada exercício, aqueles que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. Para fazerem jus ao benefício os Beneficiários deverão estar com contrato de trabalho ou prestação de serviços relevantes em vigor, durante certo período mínimo, tudo conforme vier a ser estabelecido no Programa Específico.

b. Número máximo de opções a serem outorgadas: Tendo em vista que não se trata de um Plano de Opção de Ações, não há o que se falar em termos de outorga de opções. No âmbito do plano de incentivo da Companhia, serão concedidas em prêmio ações que representem, no máximo, 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sendo que caberá ao Conselho de Administração fixar a quantidade máxima anual que será objeto de cada Programa Específico do exercício. Havendo sobras no exercício anterior poderão referidas sobras serem utilizadas em Programas futuros.

c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano: No âmbito do plano de incentivo da Companhia, serão concedidas em prêmio ações que representem, no máximo, 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia (“Quantidade Máxima do Plano”), sendo que caberá ao Conselho de Administração fixar a quantidade máxima anual que será objeto de cada Programa Específico do exercício. Havendo sobras no exercício anterior poderão referidas sobras serem utilizadas em Programas futuros.

d. Condições de aquisição: Tendo em vista que não se trata de um Plano de Opção de Ações, não há o que se falar em termos de condições de aquisição. Para aquisição do direito à premiação, o Beneficiário terá que atingir as metas e demais critérios a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração. As ações, que irão compor lote de ações objeto da premiação, somente serão devidas após o cumprimento de um período mínimo de carência (“*Vesting*”), a ser fixado pelo Conselho de Administração a cada Programa Específico, após recomendação do Comitê de Pessoas da Companhia. Até que se cumpra cada um dos períodos de *Vesting* as ações não serão devidas e, portanto, não serão de titularidade do Beneficiário, razão pela qual não farão jus, durante referido período, a qualquer fruto ou produto das mesmas, inclusive a título de dividendos.

Em caso de aposentadoria, invalidez ou morte durante os períodos de *Vesting*, os Beneficiários, ou seus herdeiros, não sofrerão perda em relação aos benefícios integrais a que fariam jus.

Caso o beneficiário decida rescindir, por sua livre iniciativa, seu contrato com a Companhia ou suas subsidiárias, ou caso a Companhia e suas subsidiárias venham a rescindir, por justa causa, o contrato com o beneficiário, antes de cumprido cada período de *Vesting*, perderá o beneficiário o direito ao prêmio composto pelo lote de ações a que faria jus após a rescisão.

Caso a Companhia ou suas subsidiárias decidam rescindir, sem justa causa, o contrato com o beneficiário, antes de cumprido cada um dos períodos de *Vesting*, o Beneficiário receberá, pro rata tempore, o lote de ações a que faria jus no período vincendo, calculado de forma proporcional ao período de vigência de seu contrato, mas somente receberá referidas ações na data do vencimento de tal obrigação.

Neste caso, não haverá perda das ações já adquiridas em períodos de *Vesting* já cumpridos.

Excepcionalmente, em relação àquele que teve seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa, no curso de algum período de *Vesting*, poderá a Companhia decidir pela concessão integral do benefício, na data do vencimento da obrigação, mediante parecer favorável do Comitê de Pessoas.

e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício: Tendo em vista que não se trata de um Plano de Opção de Ações, não há o que se falar em termos de exercício de opção. No âmbito do ILP1, o que ocorrerá é a premiação, mediante entrega de ações de emissão da Companhia, adquiridas por esta diretamente no mercado secundário no qual suas ações são atualmente negociadas, a preços de mercado.

f. Critérios para fixação do prazo de exercício: Tendo em vista que não se trata de um Plano de Opção de Ações, não há o que se falar em termos de prazo de exercício de opção. No âmbito do ILP1, as ações, que irão compor lote de ações objeto da premiação, somente serão devidas após o cumprimento de um período mínimo de carência (“*Vesting*”).

g. Forma de liquidação de opções: Tendo em vista que não se trata de um Plano de Opção de Ações, não há o que se falar em termos de prazo de liquidação de opções. No âmbito do ILP1, as ações objeto da bonificação deverão ser entregues pela Companhia aos Beneficiários no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do encerramento do prazo de cada um dos períodos de *Vesting*.

h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano: O Plano vigorará por prazo indeterminado, não havendo nenhum critério ou evento previsto no ILP1 que possa ocasionar a suspensão, alteração ou a sua extinção.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. Os principais objetivos do plano: Por meio do ILP1 a Companhia pretende reconhecer a relevante contribuição que todos os elegíveis venham a dedicar em

prol da construção e consolidação da Companhia, que ostenta posto de destaque entre as principais Instituições Educacionais de nosso país.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos: O ILP1 incentivar a conquista de metas e resultados, pelos elegíveis interessados, que são relevantes para a consolidação da Companhia, contribuindo assim para o alinhamento de interesses.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia: O ILP1 é uma premiação e, assim como a política de remuneração da Companhia, também está alinhada às melhores práticas de mercado, sempre com a visão de estimular os nossos objetivos estratégicos à produtividade e à eficiência, mantendo a competitividade no mercado de atuação.

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo: O ILP1 visa reforçar nos elegíveis o sentimento de pertencimento à Companhia, transformando-os em colaboradores acionistas, unificando os esforços para o sucesso da Companhia, a médio e a longo prazo.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto: Considerando-se o limite máximo de ações que poderão ser concedidas em prêmio, limitadas a 1% do capital social da Companhia, as despesas podem chegar à no máximo R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), considerando o valor de cotação da ação na data deste documento.

ANEXO 7.1. Plano de Incentivo de Colaboradores – “ILP1”

PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO 1

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Trata-se de um Plano de incentivo da Companhia, que visa bonificar executivos e gestores, da Companhia ou suas subsidiárias, que desempenhem atividades/funções de nível “N0 a N2” ou estejam entre aquelas consideradas pela Companhia como “pessoas chave” e que, conforme critérios a serem fixados pela Companhia em programa específico, apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. A bonificação se dará por meio da transferência ao Beneficiário, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras constantes deste Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício (“Programa Específico”).

Com referido Plano, pretende a Companhia reconhecer a relevante contribuição que todos os Beneficiários selecionados venham a dedicar em prol da construção e consolidação da Companhia, que ostenta posto de destaque entre as principais Instituições Educacionais de nosso país, buscando, ainda, a retenção de talentos e o alinhamento de interesses.

O presente Plano é ato de liberalidade da Companhia, que cederá aos interessados ações de sua emissão, desde que sejam satisfeitas as condições e regras cabíveis.

Os Elegíveis deverão assinar termo perante a Companhia confirmando a aceitação de todas as regras deste Plano e do Programa Específico, a ser estabelecido para cada exercício (“Termo de Aceitação”).

ELEGÍVEIS: Serão selecionados pela Companhia, dentre os executivos e gestores da Companhia ou suas subsidiárias, que desempenhem atividades/funções de nível “N0 a N2” e/ou dentre as pessoas consideradas como “pessoas chave”, conforme regras a serem estabelecidas em Programa Específico para cada exercício, aqueles que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades (“Beneficiários”). Para fazerem jus ao benefício os Beneficiários deverão estar com contrato de trabalho ou prestação de serviços relevantes em vigor, durante certo período mínimo, tudo conforme vier a ser estabelecido no Programa Específico.

Não são elegíveis os Acionistas Fundadores, assim considerados os Srs. DANIEL FACCINI CASTANHO, MARCELO BATTISTELLA BUENO e MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR;

ORIGEM DAS AÇÕES: As ações que serão devidas pela Companhia aos Beneficiários em virtude da concessão do presente incentivo, compreenderão somente ações de sua própria emissão, que ela venha a possuir em tesouraria, adquiridas, se necessário, por meio de programa de recompra de ações a ser oportuna e especialmente aprovado para esta finalidade, e que deverão ser mantidas em tesouraria até o momento da entrega das mesmas aos beneficiários, no prazo de vencimento da obrigação, transferência que, contudo, dependerá de autorização prévia da CVM, nos termos das normas regulamentares inerentes.

Caso a Companhia não obtenha autorização para transferir as ações aos beneficiários, deverá, na data de quitação, indenizar os mesmos, em pecúnia, do valor correspondente ao preço médio de cotação das ações na bolsa de valores, durante os últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data de apuração do benefício, conforme regras e demais critérios a serem estabelecidos no Programa Específico.

QUANTIDADE MÁXIMA DE AÇÕES DO PLANO:

O Plano abrangerá até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia ("Quantidade Máxima do Plano"), sendo que caberá ao Conselho de Administração fixar a quantidade máxima anual que será objeto de cada Programa Específico do exercício;

Havendo sobras no exercício anterior poderão referidas sobras serem utilizadas em Programas futuros.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: O Plano terá vigência por prazo indeterminado.

REGULAMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PLANO: Caberá ao Conselho de Administração a regulamentação e administração do Plano com apoio do Comitê de Pessoas;

REGRAS E CONDIÇÕES GERAIS:

I- LIMITES DOS LOTES DE AÇÕES A SEREM TRANSFERIDOS E CONDIÇÕES GERAIS

A- BENEFÍCIO

O benefício consistirá em um prêmio eventual a ser concedido aos Beneficiários selecionados, a ser quitado com ações de emissão da Companhia, premiação esta que

somente será devida caso sejam observados os critérios e alcançados os resultados e metas previstos em regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício, envolvendo, inclusive, um “EBTIDA MÍNIMO” e um “ROIC MÍNIMO”, tudo conforme fórmulas que também serão previstas no aludido regulamento.

O benefício a ser estipulado no regulamento deverá ter em conta: (i) o nível do elegível na Companhia ou nas subsidiárias, (ii) o impacto que sua performance gerou em prol do atingimento das metas e (iii) os critérios e valores fixados em moeda corrente para cada categoria de Beneficiário, conforme estipulado no Programa Específico;

Na apuração do número de ações a que o Beneficiário fará jus, em cotejo com os valores estipulados no Programa Específico, como não poderá haver alienação fracionaria de uma ação, o arredondamento do número de ações a serem apuradas será sempre para baixo.

B- PERÍODO DE CARÊNCIA (“VESTING”):

As ações, que irão compor lote de ações objeto da premiação, somente serão devidas após o cumprimento de um período mínimo de carência (“*Vesting*”), a ser fixado pelo Conselho de Administração a cada Programa Específico, após recomendação do Comitê de Pessoas da Companhia.

Até que se cumpra cada um dos períodos de *Vesting* as ações não serão devidas e, portanto, não serão de titularidade do Beneficiário, razão pela qual não farão jus, durante referido período, a qualquer fruto ou produto das mesmas, inclusive a título de dividendos.

Em caso de aposentadoria, invalidez ou morte durante os períodos de *Vesting*, os Beneficiários, ou seus herdeiros, não sofrerão perda em relação aos benefícios integrais a que fariam jus.

Caso o beneficiário decida rescindir, por sua livre iniciativa, seu contrato com a Companhia ou suas subsidiárias, ou caso a Companhia e suas subsidiárias venham a rescindir, por justa causa, o contrato com o beneficiário, antes de cumprido cada período de *Vesting*, perderá o beneficiário o direito ao prêmio composto pelo lote de ações a que faria jus após a rescisão.

Caso a Companhia ou suas subsidiárias decidam rescindir, sem justa causa, o contrato com o beneficiário, antes de cumprido cada um dos períodos de *Vesting*, o Beneficiário receberá, *pro rata tempore*, o lote de ações a que faria jus no período vincendo, calculado de forma proporcional ao período de vigência de seu contrato, mas somente receberá referidas ações **na data do vencimento de tal obrigação.**

Neste caso, não haverá perda das ações já adquiridas em períodos de *Vesting* já cumpridos.

Excepcionalmente, em relação àquele que teve seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa, no curso de algum período de *Vesting*, poderá a Companhia decidir pela concessão integral do benefício, na data do vencimento da obrigação, mediante parecer favorável do Comitê de Pessoas .

O presente Plano não confere ao Beneficiário direito à permanência na função, atividade ou emprego e não impede a Companhia e/ou subsidiárias de exercer seu direito de rescindir o contrato com o Beneficiário, na forma da Lei.

II- NATUREZA JURÍDICA:

A transferência das ações objeto da bonificação oriunda do presente programa tem natureza jurídica de prêmio eventual, na forma do art. 457 da CLT, concedido pela Companhia aos beneficiários do Programa.

III- QUITAÇÃO

As ações objeto da bonificação deverão ser entregues pela Companhia aos Beneficiários no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do encerramento do prazo de cada um dos períodos de *Vesting*.

Nem os Acionistas e nem a Companhia, suas controladas e/ou subsidiárias terão qualquer responsabilidade pelo pagamento de corretagens, taxas, tributos ou encargos, incidentes sobre os eventuais ganhos com a valorização das ações, que serão de exclusiva responsabilidade do adquirente;